



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O **Sr. Presidente** ausentou-se da reunião pelas 12:00 horas, após a discussão e votação do ponto 18 da ordem do dia, devido a compromisso em que tinha que representar o Município, pelo que foi substituído na direção dos trabalhos, até final da reunião, pelo **Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente**.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho chegou à reunião pelas 12:25 horas, durante a discussão do ponto 20 da ordem do dia. A sua ausência encontra-se justificada pela declaração de presença no Tribunal de Alcobaça, que se anexa (**Anexo 4**).

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 7, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 2 DE ABRIL DE 2015
3. REQ. N. 169/15, DATADO DE 09/02/2015 – PC N.º 38/15, DATADO DE 09/02/2015 – TENDÊNCIAS DE SUCESSO LDA

4. REQ. N. 145/15, DATADO DE 03/02/2015 – PC N.º 386/14, DATADO DE 31/10/2014 – TEÓFILO BATISTA DE OLIVEIRA
5. REQ. N. 349/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 19/15, DATADO DE 20/01/2015 – HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE E ANA MARGARIDA LAGE PINTO VIEIRA PINTO
6. REQ. N. 373/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 438/07, DATADO DE 03/07/2007 – VITOR MANUEL MARQUES
7. REQ. N. 378/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 259/14, DATADO DE 18/07/2014 – MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS
8. REQ. N. 363/15, DATADO DE 18/03/2015 – PC N.º 374/14, DATADO DE 28/10/2014 – JOAQUIM DA SILVA CARVALHO
9. REQ. N. 456/15, DATADO DE 06/04/2015 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.
10. REQ. N. 473/15, DATADO DE 09/04/2015 – PC N.º 189/11, DATADO DE 16/05/2011 – MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO
11. REQ. N. 435/15, DATADO DE 31/03/2015 – PC N.º 95/15, DATADO DE 31/03/2015 – MARIA LUÍSA
12. REQ. N. 416/15, DATADO DE 27/03/2015 – PC N.º 98/14, DATADO DE 28/03/2014 – MANUEL DE SIMAS MELO JÚNIOR
13. REQ. N. 74/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 74/15, DATADO DE 17/03/2015 – MARIA ALINE DUARTE FORTUNA
14. REQ. N. 270/15, DATADO DE 03/03/2015 – PC N.º 486/2013, DATADO DE 12/12/2013 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA
15. E/1467/2015 – DATADO DE 12/02/2015 - LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
16. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
17. SUPRESSÃO DA AFETAÇÃO DA TRABALHADORA ALMERINDA VIDAL FERREIRA AO POSTO DE COBRANÇA 1 DO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE
18. PARCELA DE TERRENO DESTINADA AO ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO DA MOITA.

19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
20. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS
21. APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA XIII SEMANA DA EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – AGRUPAMENTO MARINHA GRANDE NASCENTE
22. APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA XIII SEMANA DA EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – AGRUPAMENTO VIEIRA DE LEIRIA
23. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE MAIO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.
24. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de dar início ao período para intervenção e esclarecimento ao público, o **Sr. Presidente** abordou os seguintes assuntos:

- Convocou todos os membros do executivo para uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, a realizar dia 21/04/2015, pelas 14:00 horas, para aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2014;
- Deu conhecimento do convite enviado pelo Clube Recreativo Amieirinhense, endereçado ao Presidente da Câmara e a todos os Vereadores, para o concerto do 14.º aniversário da Escola de Música/Orquestra, que se realiza no dia 18/04/2015, pelas 21:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

**Inscreveram-se os seguintes munícipes:**

**1 - Sr. Manuel Rodrigues Gaspar**, residente na Urb. da Portela, lote A, n.º 2 – 3.º dt.º, Marinha Grande, para falar sobre a sua situação de ocupação de um lugar de venda ambulante (roulotte de venda de bifanas), na Zona Industrial. Já enviou carta à Câmara Municipal para clarificação da sua situação, à luz do novo regulamento de venda ambulante (registo E/2187/2015, em nome de Maria Adelaide Constantino, sua esposa).

**O munícipe não compareceu.**

**2 - Sr. Libério Carvalho do Jogo**, residente na Rua do Futuro à Embra, n.º 20, Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos:

- Na estrada atlântica (antiga estrada da lixeira), no sentido Vieira/S. Pedro de Moel, falta uma placa a indicar a Marinha Grande;
- A estacaria que está colocada nas árvores não é a adequada, pois prejudica o seu crescimento e devem ser podadas;
- No Largo da Estação há uma rua com dois sentidos mas que é muito estreita e por isso, no seu entender, deveria ter um só sentido (Travessa do Amaro);
- Foram deixadas terras na Av.ª Arala Pinto, que são restos de obras, que deveriam ser retiradas e limpas.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** cumprimentou todos os presentes, e em especial o Sr. Libério, antigo funcionário da autarquia, a quem agradeceu as preocupações que manifestou e respondeu o seguinte:

- ⇒ Anotou as observações e vai enviá-las à DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.
- ⇒ Relativamente à poda das árvores, e como é sabido, a Câmara Municipal não tem meios próprios para o fazer, mas no próximo concurso irão ser incluídas. Na obra da Av.ª Arala Pinto, que vai ser requalificada, a poda das árvores já será incluída no caderno de encargos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** cumprimentou todos os presentes e leu a posição conjunta das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em perigo reunidas no dia 09/04/2015, na Marinha Grande, face à retirada de meios humanos, pelo Instituto de Segurança Social, I.P., das CPCJ.

Referiu que se pretende que a Câmara Municipal da Marinha Grande, de forma unânime, expresse também a sua preocupação face à situação vivida pelas CPCJ.

O **Sr. Presidente** acrescentou que este assunto pode ser abordado durante o período de antes da ordem do dia, porque logo a seguir irá ser posto a votação.

### **O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Felicitou o discurso do Sr. Libério, pois levantou duas questões de que ele próprio também tem falado: a sinalética e a poda das árvores, especialmente as do largo das Finanças. Por esta razão assina por baixo as questões colocadas pelo munícipe.
- ⇒ Parque de estacionamento das Finanças – no anterior mandato foi dito que ia ser revitalizado, pelo que pergunta como é que está, assim como a poda das árvores, porque tapam os candeeiros de iluminação. Ou se podam as árvores ou se substitui o tipo de luzes, cortar as árvores é que não.
- ⇒ Deu conhecimento do alerta de um munícipe, relativo a S. Pedro de Moel, onde a passagem de camiões pesados, com materiais para obras, estão a estragar algumas rotundas, e que pede que a autarquia defina outros trajectos ou então que paguem os estragos causados.
- ⇒ Outra situação de descontentamento dos moradores são os tapumes em chapa, na Amieirinha, atrás dos quais se tem vindo a criar bicharada, sem que compreendam o que se passa para estarem ali há tantos anos.

### **O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Salientou a intervenção do Sr. Libério, referindo que é de incentivar a sua presença, desempenhando um papel de Provedor do concelho, que auxiliará a Câmara a resolver alguns problemas que poderá não conhecer.
- ⇒ Felicitou o Desportivo Náutico da Marinha Grande e os seus nadadores pelo desempenho no Campeonato Nacional Juvenis, Juniores, Seniores e Absolutos, onde conquistaram onze pódios. A grande figura dos campeonatos foi a marinhense Giovanna Vargas, com seis medalhas, entre as quais a de campeã nacional de juvenis nos 200 m mariposa e a medalha de bronze absoluta na mesma distância.

Também a Bárbara Teodósio se sagrou vice-campeã nacional nos 200 m e 400 m livres, no escalão júnior, a Mónica Domingues e o Tomás Oliveira obtiveram medalhas de bronze. Sobre outros nadadores marinhenses há ainda a realçar a performance da Bruna Simões, do Industrial Desportivo Viegrense, com vitória em 100 e 200 m mariposa em juvenis B e as medalhas de prata dos irmãos André e Filipa Ruivo, que competem pelo Bairro dos Anjos, de Leiria.

⇒ Felicitou os irmãos Alexandre e Pedro Gaiolas, do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente por se terem tornado Vice-Campeões Nacionais na prova de 3.000 Mts estafeta à Americana, no Campeonato Nacional de Pista para os escalões de Iniciados e Juniores, realizado em Lagos.

⇒ Sobre a estrada que atravessa a Marinha, a EN 242, vários munícipes colocaram-lhe as seguintes questões que pretende abordar aqui:

- a) Em frente à Escola João Beare, ainda na Av.<sup>a</sup> Vítor Gallo, quando chove a água fica empoçada, não tem escoamento. Viu uma criança no passeio à hora de entrada da escola, que levou um banho dum carro que passou, não sabendo se ficou assim molhada, todo o dia, na escola.
- b) Agora que as árvores foram cortadas, em frente às casas a seguir à Escola, ainda se vê postes de eletricidade de madeira, mais próprios de outras paragens. Será normal?
- c) Perto do Pingo Doce, na Embra, no corte para as Trutas, o cruzamento é uma complicação. É para definitivamente ficar assim?
- d) Por último o problema mais grave: o cruzamento para o Pero Neto e para a Rua da Indústria. Têm sido inúmeros os acidentes, alguns mortais. Aquilo que ali está feito, que não sabe se poderá chamar uma rotunda, é uma armadilha. Os habitantes e os inúmeros trabalhadores daquelas empresas, pedem que se resolva o problema duma vez, e a fazer uma rotunda, que seja no meio da estrada para abranger as entradas/saídas do Pero Neto e da Rua da Indústria.

Apesar de a estrada não pertencer à Câmara, compete-lhe zelar pelo bem estar dos seus munícipes, e deste modo interceder junto das autoridades competentes para que resolvam este problema.

⇒ Releu o que na ata da reunião de 19 de março está escrito:

*“ O Sr. Vereador Aurélio referiu que ele próprio, embora sem qualquer responsabilidade, começa a ficar envergonhado com a ausência de respostas aos munícipes, voltando a questionar se o processo do munícipe Miguel André, o Murillo, já está resolvido.*

*- O Sr. Presidente disse que sim e que já dará mais informações.*

*- A Sra. Vereadora Alexandra pediu esclarecimentos sobre a forma como foi resolvido o processo do Murillo.*

*- O Sr. Presidente disse que tal como já informou nesta reunião, o processo está resolvido e não tinha que vir à Câmara, e julga que nesta altura o interessado já terá recebido a resposta. Na próxima reunião trará o processo. “*

Ao ler a ata da reunião passada percebeu que o Sr. Presidente não trouxe o processo. Também tem conhecimento que o munícipe até hoje ainda não recebeu qualquer comunicação da Câmara.

Solicita hoje mesmo uma cópia deste processo, incluindo a informação da sua resolução. Pensa que o Sr. Presidente está com dificuldades em fazer corresponder os seus compromissos entre o que assume na reunião e aquilo que efetivamente cumpre.

- ⇒ Senão veja-se outro exemplo: quando lhe é enviada a agenda, e a desta semana foi enviada na segunda-feira ao final da tarde, vem referido o seguinte:

*“Por último, incumbe-me ainda o Sr. Presidente de comunicar que os processos administrativos correspondentes aos assuntos incluídos na ordem do dia encontrar-se-ão à disposição de todos os Senhores Vereadores, no Salão Nobre dos Paços do Município, com 48 horas de antecedência sobre a data da reunião.”*

Na terça-feira de tarde deslocou-se à Câmara com a intenção de consultar processos. Nas cadeiras da frente do Salão Nobre estavam apenas alguns processos, faltando praticamente metade dos agendados.

Uma vez mais o Sr. Presidente assume compromissos que não cumpre.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Anunciou a entrega, por escrito, de um requerimento.
- ⇒ Apresentou o seu protesto junto do Sr. Presidente da Câmara por uma afirmação que fez no jantar de aniversário do ACM, que acha ser injusta e deselegante, que não deveria ter sido feita naquele local, sobre a atribuição de medalhas. Também não é justa porque foi referido na reunião que todos os Vereadores seriam chamados a participar no novo regulamento, que disse que viria aqui hoje, e ainda bem que não veio, porque todos devem ser chamados a participar. Pediu que estas afirmações não voltem a ser feitas.

O **Sr. Presidente** referiu que o contributo foi pedido, tendo o Sr. Vereador discordado, dizendo que não foi pedido, vai ser pedido. O Sr. Presidente insistiu dizendo que foi pedido.

O **Sr. Vereador** prosseguiu, referindo que tem que ser tomada em conta a colaboração de todos, designadamente nos temas em que há alguma unanimidade. O + Concelho tenta fazê-lo, com a apresentação dos esboços de propostas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou qual a diferença entre o esboço e a proposta.

O **Sr. Vereador** informou que a proposta vai a votação e o esboço não, é mais colaborativa, para conduzir à unanimidade.

- ⇒ Habitação social – visitou 2 fogos, dos 21 devolutos. Visitou o que estava em melhor estado e o que estava em pior estado, para poder avaliar o impacto económico das 21 habitações que estão para recuperar.



Concluiu que mesmo o pior não necessita de grandes obras para que possa ser condignamente habitado. Espera que o executivo tome medidas rápidas para solucionar estas reparações assim como no que se refere às habitações que estão a ser usadas abusivamente. O + Concelho vai apresentar, numa primeira fase, um esboço de proposta sobre o assunto, se não houver posição da Câmara passarão à apresentação da proposta.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que todas as contribuições dos Vereadores são bem-vindas, embora às vezes possam estar ou não de acordo com algumas. É de opinião, e fala por si próprio, que cabe a quem tem os pelouros fazer a gestão que entender, embora ouça as opiniões.

Agradeceu o interesse e a visita do Sr. Vereador Carlos Logrado às habitações sociais, ele próprio também já lá tinha ido. É sua prioridade e preocupação, vai-se intervir, em colaboração com o pelouro do Sr. Vereador Paulo Vicente. Apesar de todas as dificuldades a Marinha Grande tem o maior parque habitacional social do distrito de Leiria, o que prova que todos os anteriores autarcas tiveram esta preocupação (PS, CDU e PSD). Nem sempre se pode fazer o que se quer, mas agradece a colaboração do Sr. Vereador Logrado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** interveio referindo que resolvia o problema das 21 habitações em 1 mês.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** desafiou o Sr. Vereador a apresentar a proposta miraculosa, envolvendo-se os dois em troca de palavras.

**Foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Vicente, que respondeu o seguinte às questões que lhe foram colocadas no âmbito dos seus pelouros:**

- ⇒ Sobre a questão colocada pelo Sr. Vereador António Santos, relativa ao parque da Mobil, informou que há cerca de 3 anos foi feita uma poda das árvores e elas ainda lá estão, não foram cortadas. Algumas colidem com a iluminação, é um assunto que preocupa a Câmara, que tinha intenção de fazer esta requalificação, mas como esta não tinha apoios comunitários teve que se optar pelo estacionamento da antiga J. Ferreira Custódio, que era financiado e porque era um espaço que estava no centro da cidade e com bastantes problemas que tinham de ser resolvidos rapidamente.
- ⇒ Viaturas pesadas em S. Pedro – vêm das pedreiras de Porto de Mós, e vão para o Pedrógão, para uma obra da APA, e aquele caminho é o mais direto, e seja como for o circuito terá que passar por S. Pedro.
- ⇒ Tapumes na estrada da Nazaré – é uma obra particular, que há mais de 15 anos está em Tribunal, e onde não se pode mexer.
- ⇒ E.N. 242 – lembrou ao Sr. Vereador Aurélio que se trata de uma estrada nacional, onde já começaram a mexer pontualmente, mas em que a Câmara só pode intervir com autorização das Estradas de Portugal, e mesmo assim são-lhe exigidas garantias bancárias.
- ⇒ Gabinete de Atendimento ao Munícipe – como o Sr. Vereador Carlos Logrado sabe, tem-lhe respondido sempre às questões que lhe coloca. Sobre o tempo médio de

espera no atendimento do GAM pode informar que é de 21 minutos. Lembrou que a Câmara tem carência de trabalhadores, que pelas mais variadas razões têm vindo a diminuir, mas a mentalidade dos concidadãos também tem que mudar, pois estão à sua disposição outros meios, que dispensam a vinda aos serviços (nomeadamente a fatura electrónica, o pagamento por MB, nos CTT, nas pay shops, a comunicação de leituras).

- ⇒ Habitação social – não são só as habitações devolutas que necessitam de obras, grande parte das casas habitadas precisam de obras urgentes, nomeadamente na rede de águas, saneamento, nas coberturas, nas janelas, nas varandas degradadas, e há problemas, porque nos blocos já há frações compradas pelos moradores e que já não são da Câmara. A sua recuperação até nem é muito cara, e na proposta de revisão ao orçamento a habitação social vai ser dotada com uma verba significativa. Também nesta área tem que haver uma atitude pedagógica, porque muitas das casas são abandonadas, as pessoas não entregam a chaves, deixam-nas completamente destruídas por puro vandalismo, e deste modo não há orçamento que resista.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que só fala das 21 habitações devolutas.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu que a Câmara também tem que intervir nas que estão habitadas, em que há problemas e as pessoas estão a sofrer.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Sinalética – após 60 anos a Câmara está finalmente sinalizada, e espera que brevemente outros edifícios do centro também venham a estar sinalizados.
- ⇒ Camiões em S. Pedro – já tinha sido alertado para o assunto, mas não se pode proibir ou prejudicar a execução das obras em concelho vizinho, contudo vai-se ver o que pode ser feito.
- ⇒ Tapumes – a Câmara não reuniu com ninguém sobre o descontentamento dos moradores e trata-se de um assunto que está a ser resolvido em Tribunal.
- ⇒ Estacionamento da Mobil – já foi respondido pelo Sr. Vereador Paulo Vicente, embora gostasse de o recuperar ainda este mandato.
- ⇒ EN 242 – lembrou que deu aqui nota da reunião havida em 21/01/2015 nas Estradas de Portugal, em que esteve presente acompanhado do seu Adjunto e da Chefe da DOT, e onde foi informado que as Estradas de Portugal prevêm intervir na EN 242 só em 2019. A Câmara gostaria de intervir, especialmente em situações muito perigosas, mas não é fácil. Nas obras da Moita e da Embra, em que a Câmara vai intervir, foram exigidas garantias bancárias.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para intervir, sugerindo o exemplo de Leiria, e pedindo ao Sr. Presidente que use a força de todos, Vereadores e população, para pressionar as Estradas de Portugal.

O **Sr. Presidente** respondeu que a Câmara tem pressionado.

⇒ Sobre a vinda dos munícipes e o incentivo à sua participação referiu que não é de agora, pois está na Câmara há 3 mandatos e as pessoas sempre aqui vieram expor as suas preocupações.

⇒ Processo do Murillo – já o despachou, embora a resposta ainda não tenha seguido para o munícipe.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se era possível ver o processo.

O **Sr. Presidente** respondeu que já falou com a DJC nesse sentido.

⇒ Processos da ordem do dia – vai tentar saber o que é que não estava na sala, pois parte do pressuposto de que os processos estão aqui todos com a antecedência devida.

⇒ Jantar do ACM – foi um jantar conturbado, de que falará mais tarde com o Sr. Vereador Logrado. Falaram-lhe muito sobre as medalhas e sentiu-se na obrigação de falar no assunto nesse jantar, assumindo tudo aquilo que disse. É sua intenção trazer o assunto à reunião, e até agora ainda não lhe chegou qualquer contributo.

⇒ Habitação social – tal como já foi referido o parque habitacional da autarquia é um dos maiores do distrito.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** interrompeu, dizendo que foi oferecido.

O **Sr. Presidente** protestou veementemente, dizendo que a Câmara ainda tem uma dívida do bairro do Camarnal, que terá que pagar e com juros, e que o Sr. Vereador deve saber, uma vez que estava nas contas da Câmara.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que foi um presente envenenado e que ainda queriam transferir mais.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** voltou a envolver-se em troca de palavras com o Sr. Vereador Carlos Logrado, criticando as suas táticas e jogos políticos, referindo que encara a política com seriedade.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu para intervir em defesa da honra.

O **Sr. Presidente** deu a palavra ao Sr. Vereador, sublinhando uma vez mais que as casas não foram dadas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que aquilo que referiu não é brincadeira, corresponde rigorosamente à verdade, e a grande maioria das casas não foram pagas, foram dadas.

O **Sr. Presidente** referiu que, infelizmente, e analisando aquilo que a Câmara recebeu e o que vai pagar, fica prejudicada.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** prosseguiu a sua intervenção em defesa da honra, dizendo ao Sr. Vereador Vítor Pereira que quando se referir a seriedade e honestidade deverá utilizar bem as palavras, pois estes valores deverão ser transversais a todos os partidos. O que é fundamental é fazer e não usar subterfúgios para não fazer aquilo que disse que vai fazer, e isso não é falta de honestidade, é porque não consegue fazer mais, e o julgamento do que faz, se é bom ou mau, serão os eleitores que o vão fazer. Contudo, se fizer o balanço vai-se verificar que está muito abaixo do que prometeu.

O **Sr. Presidente** interrompeu, dizendo que a intervenção do Sr. Vereador já não é defesa da honra mas sim campanha, propondo que se passe à votação da posição das CPCJ.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu para terminar, dizendo que o + Concelho cumpre com as responsabilidades para com os seus eleitores, apesar de ele próprio nem sempre estar presente. Terminou dizendo ao Sr. Vereador Vítor Pereira que as suas palavras são injustas e que por isso não as de verã utilizar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não comenta as palavras do Sr. Vereador Carlos Logrado porque entende que não têm sentido.

**APOIO À POSIÇÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO REUNIDAS NO DIA 09/04/2015, NA MARINHA GRANDE, FACE À RETIRADA DE MEIOS HUMANOS, PELO INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P., DAS CPCJ.**

O **Sr. Presidente** pôs à discussão esta questão, no sentido de se aprovar uma decisão unânime, tendo informado que a CPCJ da Marinha Grande tem abertos cerca de 300 processos e sem meios.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** informou que o + Concelho vota favoravelmente a posição conjunta das CPCJ.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que também vota favoravelmente e entende que se devem desafiar as forças vivas do concelho. A atitude do Governo é chocante, quando dispensou os técnicos das CPCJ levando-os para a Segurança Social, estando a institucionalizar o voluntariado nas CPCJ. Subscrive na íntegra esta posição, e tudo deverá ser feito para que a situação seja reposta com a máxima urgência.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que se trata de uma questão de grande profundidade, porque está em causa a segurança das crianças, mas ao mesmo tempo está-se a falar do Governo. É a degradação da sociedade humana e da sua dignidade, que ilustrou com a leitura de um pequeno texto. Disse que votava favoravelmente tudo o que foi dito, mas não se deve misturar a sociedade humana com os Governos, pois infelizmente se os Governos mudarem não vai deixar de haver mortes. Independentemente dos Governos deve-se ter acima de tudo a dignidade humana.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que o que degrada a condição e situação da dignidade humana são as políticas dos Governos.

O **Sr. Vereador António Santos** contestou.

O **Sr. Presidente** referiu que, tal como na saúde, em que considera que temos o pior ministro dos últimos anos, foi também este Governo que retirou os técnicos da Segurança Social das CPCJ. Infelizmente sempre haverá resquícios de maldade humana, mas as crianças estão desprotegidas porque o Governo retirou os técnicos. A liberdade está coartada neste País, porque muitos dos técnicos das CPCJ queriam vir à reunião que houve na Marinha Grande e foram proibidos de vir. Vai votar a favor e se for preciso a Câmara Municipal da Marinha Grande tudo fará para reforçar os meios e ajudar onde for preciso.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que teve o cuidado de dizer que o assunto é complexo, e não se devem discutir problemas políticos mas sim do concelho.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que não são inertes aos problemas do País, mas foram eleitos para discutir os problemas do concelho, e é nesses que se quer centrar. Se o que é dito, sobre a retirada dos técnicos, é verdade, é muito preocupante, pois são técnicos que tratam com crianças em risco. As CPCJ também são fruto de muito voluntariado, e deve ser incrementado, seja em que área for, não lhe parecendo mal que seja fomentado. O próprio MpM tem um elemento voluntário na CPCJ. Mas este voluntariado tem que ser cruzado com técnicos, e não está certo se eles forem retirados. Vai votar a favor da posição.

**Seguiu-se a votação do seguinte documento:**

245 – A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera aprovar por unanimidade a posição conjunta das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em perigo reunidas no dia 09/04/2015, na Marinha Grande, face à retirada de meios humanos, pelo Instituto de Segurança Social, I.P., das CPCJ, que se transcreve:

***“POSIÇÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO REUNIDAS NO DIA 09/04/2015, NA MARINHA GRANDE, FACE À RETIRADA DE MEIOS HUMANOS, PELO INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P., DAS CPCJ.***

*Considerando:*

- a) Que Portugal é pioneiro na defesa e promoção dos direitos das crianças e dos jovens, tendo ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança;*
- b) Que, nos termos da Constituição, compete ao Estado a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens;*
- c) Que, nos termos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei nº 147/99, de um de setembro, o Estado está representado nas CPCJ por diversas Entidades, entre as quais, a Segurança Social;*
- d) Que se encontra ainda a decorrer o processo de revisão da LPCJP;*

- e) *Que o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), reconhecendo a necessidade de apoio técnico permanente ao trabalho das Comissões, promoveu concursos públicos, entre 2006 e 2010, de modo a recrutar os meios humanos necessários ao bom funcionamento das mesmas, fazendo constar expressamente do Aviso de abertura de concurso público nº 1267-A/2009, que os 153 técnicos a recrutar seriam acometidos às CPCJ;*
- f) *Que a atual conjuntura potencia e confere maior complexidade ao contexto sociofamiliar onde as crianças e jovens estão inseridas, o que exige uma ação preventiva e reparadora mais efetiva, com aumento de meios, maior e melhor envolvimento de todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude e ainda de toda a comunidade;*
- g) *Que as CPCJ foram recentemente confrontadas com a execução da deliberação do Conselho Diretivo do ISS, I.P., de 10-02-2015- que aprovou novos critérios para a disponibilização dos Representantes e dos Técnicos de Apoio nas CPCJ – e, em consequência, muitas delas sofreram redução dos técnicos de apoio e alteração do tempo de afetação dos representantes da Segurança Social;*
- h) *Que as CPCJ não foram ouvidas no âmbito da referida alteração;*
- i) *Que os novos critérios aprovados pelo ISS, IP., representam um retrocesso de 10 anos no esforço para dotar as CPCJ de recursos humanos que lhes permitam responder, com a urgência e eficácia devida, às múltiplas situações de perigo a que as crianças e jovens se encontram expostas;*
- j) *Que o atual critério usado pelo ISS, IP, para definição de técnicos de apoio a tempo inteiro na Comissão Restrita, na prática, apenas tem em conta o número de processos instaurados no último ano e não o volume processual existente em cada ano (apesar de se fazer referência a "Volume processual das CPCJ, Processos Instaurados");*
- k) *Que o volume processual global das CPCJ passou de 50947 crianças em acompanhamento em 2006 para 71567 em finais de 2013, independentemente de se tratarem de processos instaurados, reabertos ou transitados, pois, todos eles dizem respeito a crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ;*
- l) *Que a cabal missão das CPCJ, para além da reparação (na sua modalidade de funcionamento restrita}, se cumpre igualmente no desenvolvimento de actividades para a prevenção do abuso infantil, da negligência parental e de outras situações de perigo (na sua modalidade de funcionamento alargada);*
- m) *Que as CPCJ assumem, numa lógica de subsidiariedade, um patamar essencial para que não se verifique um entupimento de sinalizações nos Tribunais, contribuindo claramente para a resolução atempada dos problemas da*

*criança e, a longo prazo, para a prevenção da criminalidade, da doença mental e da exclusão social.*

*Vem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, abaixo indicadas:*

- 1) Manifestar a sua profunda preocupação com a RETIRADA DE TÉCNICOS DE REFORÇO das Comissões por parte do ISS, I.P., precisamente os técnicos que com a sua experiência e dedicação garantiram a estabilidade organizacional necessária ao bom desempenho das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, nos últimos anos, e que, com a sua falta, muitas Comissões veem comprometida a sua capacidade de resposta às múltiplas situações com que são diariamente confrontadas para defesa das crianças e jovens que estão em perigo;*
- 2) Mostrar a sua total discordância perante a incompreensível deliberação do Conselho Diretivo do ISS, IP., sem que tenha havido qualquer alteração legislativa que a possa fundamentar;*
- 3) Acreditar que os decisores políticos querem manter e incrementar a proteção das crianças e jovens em perigo, reforçando os meios das CPCJ e não diminuindo-os;*
- 4) Exigir que sejam repostos os reforços técnicos existentes antes da deliberação de 10-02-2015 e que sejam considerados, para efeitos de afetação dos técnicos de apoio, por parte do ISS, não apenas os processos novos instaurados num determinado ano, mas sim o volume total de crianças e jovens acompanhados nesse ano.*

*Atendendo a que muitas CPCJ se mostraram solidárias com a presente iniciativa e que, por motivos vários, não puderam estar presentes, foi acordado levar ao conhecimento de todas as CPCJ a presente POSIÇÃO CONJUNTA, de modo a que a mesma possa vir a ser subscrita por todas aquelas que o queiram fazer.*

*Mais ficou acordado remeter o presente documento ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, ao Exmo. Sr. Presidente da República, à Exma. Sra. Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Sr. Primeiro Ministro, aos Exmos. Líderes Parlamentares, ao Exmo. Sr. Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, à Exma. Sra. Procuradora Geral da República, ao Exmo. Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, a todos os Municípios com CPCJ, ao Exmo. Sr. Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e aos órgãos de Comunicação Social.”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:20 horas.

No recomeço da reunião o **Sr. Presidente** chamou a atenção dos Srs. Vereadores para a necessidade de entrega das declarações de voto no próprio dia da reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 7, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 2 DE ABRIL DE 2015**

246 - Presente a ata n.º 7, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 2 de abril de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **3 - REQ. N. 169/15, DATADO DE 09/02/2015 – PC N.º 38/15, DATADO DE 09/02/2015 – TENDÊNCIAS DE SUCESSO LDA**

247 - Presente pedido com o registo n.º 169/15, datado de 09/02/2015 relativo a **licenciamento de obras de alteração para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas** nas frações “C” e “H” do edifício sito na avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 14, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 290 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10 929, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/15, com data de entrada de 09/02/2015, apresentado por **TENDÊNCIAS DE SUCESSO LDA.**, com o NIPC 510 645 313, com sede na rua do Arieiro 2 r/c Esq., Loja B Marrazes, freguesia de Marrazes e Barosa, concelho de Leiria;

Presente informação técnica, datada de 09/04/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido, devendo ser entregues os respetivos projetos de especialidade.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração para instalação de um**



estabelecimento de restauração e bebidas nas frações “C” e “H” do edifício sito na avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 14, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 290 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10 929, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/15, com data de entrada de 09/02/2015, apresentado por Tendência de Sucesso Lda., com o NIPC 510 645 313, com sede na rua do Arieiro 2 r/c Esq., Loja B Marrazes, freguesia de Marrazes e Barosa, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 145/15, DATADO DE 03/02/2015 – PC N.º 386/14, DATADO DE 31/10/2014 – TEÓFILO BATISTA DE OLIVEIRA**

248 - Presentes requerimentos n.º 1666/14 e n.º 145/15 datados de 2014/10/31 e de 2015/02/03, respetivamente, processo n.º 386/14, referente ao licenciamento da obra de construção de uma moradia com muros de vedação, no prédio sito na Rua das Rosas Silvestres, lugar de Tojeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz rústica sob o n.º 921 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11072, apresentado por Teófilo Batista De Oliveira, com o NIF 221025073, residentes na Rua Francisco Pereira Silva, n.º 43 - 3º Esq.-D, freguesia e concelho de Leiria.

Presente parecer técnico datado de 2015/04/10, que atesta encontrar-se a componente arquitetura em condições de ser aprovada com condicionalismos.

Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 1666/14 e n.º 145/15 datados de 2014/10/31 e de 2015/02/03, respetivamente, processo n.º 386/14, referente ao licenciamento da obra de construção de uma moradia com muros de vedação, no prédio sito na Rua das Rosas Silvestres, lugar de Tojeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz rústica sob o n.º 921 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11072, apresentado por Teófilo Batista De Oliveira, com o NIF 221025073, residente na Rua Francisco Pereira Silva, n.º 43 - 3º Esq.-D, freguesia e concelho de Leiria, bem como do parecer técnico de 2015/04/10, a Câmara Municipal delibera nos termos do artigo 20º n.º 3 alínea a) do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, APROVAR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

1- Indicar:

- a) O comprimento do muro de vedação confinante com o arruamento;
- b) Face à existência de poço no prédio, caso o meio de extração dos recursos hídricos seja superior a 5 cv, deverá o requerente fazer prova de posse de título de utilização para captação de água subterrânea, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, e Despacho n.º 14872/2009, de 02 de julho.

2- Apresentar os elementos em falta ou adequadamente instruídos, conforme indicado no ofício n.º 1231/14, datado de 2014/11/18, com receção ocorrida em 2014/12/15, nomeadamente:

- a) Memória descritiva (última página, item – Disposições) referenciando a tipologia da moradia em conformidade com o conteúdo das plantas do projeto e ficha de estatística;
- b) Esquema de Chaminés de Ventilação e Exaustão de fumos ou gases de combustão/esquema de apanha fumos das cozinhas.

Mais delibera INFORMAR que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 349/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 19/15, DATADO DE 20/01/2015 – HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE E ANA MARGARIDA LAGE PINTO VIEIRA PINTO**

249 - Presente requerimento n.º 349/15, datado de 2015/03/17, constante do processo camarário n.º 19/15, subscrito por HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE, com o NIF n.º 235200700, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande e ANA MARGARIDA LAGE PINTO VIEIRA PINTO, com o NIF n.º 244800464, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.822, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 7.728, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/02/19.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/04/02, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.822, e inscrito na**

respetiva matriz sob o artigo número 7.728, com o número de processo 19/15, com data de entrada em 2015/01/20, apresentado por HUMBERTO EMANUEL DA CRUZ GRUMETE, com o NIF n.º 235200700, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande e ANA MARGARIDA LAGE PINTO VIEIRA PINTO, com o NIF n.º 244800464, residente na Rua das Figueiras, n.º 73, fração “G”, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agriões, com a largura de 1,50m e pavimentação da respetiva zona envolvente ao referido arruamento. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de utilização.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 373/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 438/07, DATADO DE 03/07/2007 – VITOR MANUEL MARQUES**

250 - Presente requerimento n.º 373/15, datado de 2015/03/20, constante do processo camarário n.º 438/07, subscrito por VITOR MANUEL MARQUES, NIF n.º 206637599, com residência na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 18, moradia 10, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito na Travessa Joaquim Marques Nobre, lugar de Gaeiras, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 148 e

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 9209, à qual foi atribuído o alvará de obras de construção n.º 68/11, de 2011/07/29, com termo em 2015/05/27.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/04/09, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise do pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito na Travessa Joaquim Marques Nobre, lugar de Gaeiras, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 148 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 9209, à qual foi atribuído o alvará de obras de construção n.º 68/11, de 2011/07/29, com termo em 2015/05/27, com o número de processo 438/07, com data de entrada em 2007/07/03, apresentado por VITOR MANUEL MARQUES, com o NIF n.º 206637599, residente na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 18, moradia 10, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 378/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 259/14, DATADO DE 18/07/2014 – MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS**

251 - Presente requerimento n.º 378/15, datado de 2015/03/20, constante do processo camarário n.º 259/14, subscrito por MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS, com o NIF n.º 178569666, residente na Rua da Cerca, n.º 47, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Cerca, n.º 47, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4583 e inscrito na matriz predial sob o n.º 3271, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião camarária datada de 2014/08/14.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/04/02, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Cerca, n.º 47, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande,**

descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4583 e inscrito na matriz predial sob o n.º 3271, com o número de processo 259/14, com data de entrada em 2014/07/18, apresentado por MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS, com o NIF n.º 178569666, residente na Rua da Cerca, n.º 47, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera INFORMAR o requerente:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 363/15, DATADO DE 18/03/2015 – PC N.º 374/14, DATADO DE 28/10/2014 – JOAQUIM DA SILVA CARVALHO**

252 - Presente requerimento n.º 363/15, datado de 2015/03/18, constante do processo camarário n.º 374/14, subscrito por JOAQUIM DA SILVA CARVALHO, com o NIF n.º 116972920, residente na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Ampliação de moradia unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.506, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.370, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/01/22.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/04/02, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Ampliação de moradia unifamiliar”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.506, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.370, com o número de processo 374/14, com data de entrada em 2014/10/28, apresentado por JOAQUIM DA SILVA CARVALHO, com o NIF n.º 116972920, residente na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 456/15, DATADO DE 06/04/2015 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**

253 - Presente requerimento com o registo n.º 456/15, datado de 06/04/2015, relativo a apresentação de alegações em sede de audiência prévia, realizada ao abrigo dos artigos 100º e 101º do CPA, na sequência de notificação da deliberação de Câmara havida a 19/03/2015, relativa à proposta de indeferimento, ao abrigo do n.º 5 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por ausência de infraestruturas de abastecimento de água e de acesso viário, do processo de licenciamento de uma unidade industrial, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 3084 e 19806, inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1094 e 11353, respetivamente, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/15, com data de entrada de 02/02/2015, apresentado por, com o NIPC 503 536 725, com sede na rua de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 10/04/2015, que refere comprometer-se a empresa requerente, no âmbito das alegações apresentadas, a realizar os trabalhos necessários à execução das infraestruturas de abastecimento de água e de acesso viário, podendo a posição de indeferimento ser revista, nos termos do artigo 25º do RJUE, propondo o deferimento do processo, ficando a emissão do respetivo alvará condicionada à aprovação de processo de obras de urbanização e da celebração com a Câmara Municipal, de contrato

relativo ao cumprimento das obrigações aí assumidas e da prestação da caução adequada para a sua realização.

**Após a análise das alegações apresentadas pela interessada em sede de audiência prévia, a Câmara Municipal delibera:**

**1.- ACEITAR, nos termos do disposto no artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o compromisso para realização das obras necessárias à execução de infraestruturas de abastecimento de água e de acesso viário, apresentado por Vangest - Engenharia Financeira e Gestão, S.A., com o NIPC 503 536 725, com sede na rua de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, no âmbito das alegações apresentadas em sede de audiência prévia, realizada ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do CPA;**

**2.- DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, o pedido relativo a licenciamento de uma unidade industrial, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3084 e 19806, inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1094 e 11353, respetivamente, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/15, com data de entrada de 02/02/2015, apresentado pela empresa requerente, com os seguintes condicionalismos:**

**2.1.- Apresentação de documento comprovativo da unificação matricial e na conservatória dos dois prédios que compõem a totalidade do terreno sobre o qual se processa a presente operação urbanística;**

**2.2.- Celebração com a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do RJUE, de contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da declaração apresentada em sede de audiência prévia para a execução das infraestruturas necessárias à operação urbanística pretendida, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período de 10 anos, após aprovação do respetivo projeto e prestação da caução adequada à sua realização;**

**2.3.- Pagamento de compensação relativa à execução de rede de esgotos pluviais, necessária ao correto saneamento da área envolvente ao prédio, num total de 1.830,50 € (mil, oitocentos e trinta euros e cinquenta cêntimos), nos termos estabelecidos na deliberação de Câmara datada de 11/12/2014, exarada no âmbito do pedido de informação prévia apresentado pela empresa requerente relativa à viabilidade de construção da unidade industrial em causa.**

**3.- DELIBERA, igualmente, aceitar a a cedência para domínio público de uma área de 73,16 m2 para execução de passeio e arruamento ao longo da frente SO do terreno.**

**4.- MAIS DELIBERA informar o requerente do seguinte:**

**4.1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**4.2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**4.3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**4.4 - Tratando-se de um edifício destinado a indústria com uma área de construção superior a 1.000,00 m2, o mesmo integra-se no âmbito das operações com impacto urbanístico relevante, estabelecidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º do RMEUMMG, pelo que se encontra abrangido pela obrigatoriedade, estabelecida no n.º 5 do artigo 44.º do regime jurídico da urbanização e edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de proceder às cedências e compensações previstas para operações de loteamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 473/15, DATADO DE 09/04/2015 – PC N.º 189/11, DATADO DE 16/05/2011 – MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO**

254 - Presente requerimentos n.º 1022/11, n.º 2112/13, n.º 395/14, n.º 1367/14, n.º 259/15 e n.º 473/15, registado em 2011/05/16, 2013/12/30, 2014/03/18, 2014/09/16, 2015/03/02 e em 2015/04/09, respetivamente, respeitantes ao processo camarário n.º 189/11, referente ao pedido de licenciamento da obra construção de um edifício habitacional com três fogos, nos prédios com 72,00 m2, 45,00 m2, 40,30 m2 e 65,70 m2, registados na conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3449, 3450, 3451 e 3452 e inscritos na matriz sob os n.ºs 3794, 1721, 1830 e 1831, respetivamente, sítios na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, com a prévia demolição das construções atualmente existentes nos prédios, apresentado por **MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO**, com o NIF 129110957, residente na Rua do Silêncio, n.º 3, lugar de Covão dos Mendes, freguesia e concelho de Pombal, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos por deliberação da reunião de Câmara Municipal de 2014/04/03.

Do conjunto de prédios objetos do pedido cujo somatório das áreas corresponde a 223,00 m2, serão cedidos ao domínio público 44 m2 para acessos públicos. Após a cedência o conjunto dos prédios ficará com 179 m2.

Presentes projetos das especialidades acompanhados dos termos de responsabilidade a que se refere o artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2015/03/16, que atesta encontrar-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.



Presentes pareceres técnicos, datados de 2014/12/23 e de 2015/04/13, que atestam a satisfação dos condicionalismos da aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise dos requerimentos n.º 1022/11, n.º 2112/13, n.º 395/14, n.º 1367/14, n.º 1946/14, n.º 259/15 e n.º 473/15, registado em 2011/05/16, 2013/12/30, 2014/03/18, 2014/09/16, 2014/12/23, 2015/03/02 e em 2015/04/09, respetivamente, respeitantes ao processo camarário n.º 189/11, referente ao pedido de licenciamento da obra construção de um edifício habitacional com três fogos, nos prédios com 72,00 m2, 45,00 m2, 40,30 m2 e 65,70 m2, registados na conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3449, 3450, 3451 e 3452 e inscritos na matriz sob os n.ºs 3794, 1721, 1830 e 1831, respetivamente, sitos na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, e respetiva demolição das edificações atualmente existentes nos prédios, apresentado por MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO, com o NIF 129110957, residente na Rua do Silêncio, n.º 3, lugar de Covão dos Mendes, freguesia e concelho de Pombal, com projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos por deliberação da reunião de Câmara Municipal de 2014/04/03, bem como dos pareceres técnicos datados de 2015/03/16, de 2014/12/13 e de 2015/04/13 que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1- A cedência ao domínio público de 44 m2 da área do conjunto de prédios objetos do pedido. Após a cedência o conjunto dos prédios ficará com 179 m2.

2- A execução dos trabalhos necessários à obra de pavimentação dos arruamentos nas zonas sobrantes dos prédios que resultem da implantação do edifício com material idêntico ao existente.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de

construção, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

5- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

6- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

O registo da deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização;

7- Deverá assegurar o disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 94.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do município da Marinha Grande, designadamente:

- As obras de construção civil na Praia da Vieira são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.

— À data do início do prazo de suspensão previsto no número anterior, todas as ações de desobstrução da via pública nos termos do artigo 90.º n.º 1 devem estar concluídas.

- Deve o dono da obra tomar todas as medidas necessárias de forma a acautelar o perfeito isolamento da obra, nomeadamente através da colocação de tapumes.

8- Caso seja necessário a ocupação da via pública em consequência da execução da obra, a mesma deve ser requerida e devidamente autorizada.

9- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada sob a área do conjunto de prédios abrangidos no presente pedido, sendo que o registo deverá referenciar a cedência ao domínio público de 44 m2.

10- O requerente deverá ser notificado de imediato que, antes de 1 de Julho de 2015, deve proceder à demolição das construções existentes no terreno, conforme proposto, ou então proceder, antes daquela data, à limpeza do imóvel degradado e fecho dos vãos das janelas e portas atentos às condições de segurança e salubridade do local.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 435/15, DATADO DE 31/03/2015 – PC N.º 95/15, DATADO DE 31/03/2015 –  
MARIA LUÍSA**

255 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 435/15, datado de 31/03/2015, apresentado por **MARIA LUISA**, com o NIF 105399230, com morada em Rua dos Naturais, N.º 15, São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para as frações “A” e “B” do edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 800 de 1989 e titulado pelo Alvará de Construção n.º 59, emitido em 20/01/1989.

Presente parecer técnico datado de 07/04/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria às frações “A” e “B” do edifício sito na Rua dos naturais, N.º 15, São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de MARIA LUÍSA, com o NIF 105399230, com morada em Rua dos Naturais, N.º 15, São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheira Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 416/15, DATADO DE 27/03/2015 – PC N.º 98/14, DATADO DE 28/03/2014 –  
MANUEL DE SIMAS MELO JÚNIOR**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

256 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 416/15, datado de 27/03/2015, apresentado por **MANUEL DE SIMAS MELO JÚNIOR**, com o NIF 129143162, com morada em Rua das Laranjeiras à Garcia, N.º 49-A, Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi legalizada no âmbito do processo n.º 98/15.

Presente parecer técnico datado de 27/03/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua das Laranjeiras à Garcia, N.º 49-A, Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **MANUEL DE SIMAS MELO JÚNIOR**, com o NIF 129143162, com morada em Rua das Laranjeiras à Garcia, N.º 49-A, Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheira Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 74/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 74/15, DATADO DE 17/03/2015 – MARIA ALINE DUARTE FORTUNA**

257 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 350/15, datado de 17/03/2015, apresentado por **MARIA ALINE DUARTE FORTUNA**, com o NIF 119092107, com morada em Rua do Matadouro, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada ao abrigo dos processos de construção n.º 1104 de 1967, e 1751 de 1981 e titulados pelos alvarás de licença de Obras n.º 269, emitido em 28/04/1967 e n.º 1244, emitido em 29/12/1981, respetivamente.

Presente parecer técnico datado de 25/03/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria nos termos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05/11.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Matadouro, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de MARIA ALINE DUARTE FORTUNA, com o NIF 119092107, com morada em Rua do Matadouro, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra
  
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 270/15, DATADO DE 03/03/2015 – PC N.º 486/2013, DATADO DE 12/12/2013 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA**

258 - Presente requerimento n.º 270/2015 datado de 03/03/2015, apresentado por sociedade **PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA**, número de identificação fiscal 508 381 703, com sede na Rua do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a **solicitar a realização de vistoria de verificação ao espaço de jogo e recreio**, existente nas instalações

do estabelecimento “Os kanitos”, sito na mesma morada, com vista a verificar o cumprimento das medidas aprovadas em reunião de câmara de 28 de novembro, na sequência de vistoria realizada em 18 de novembro, conforme disposto no n.º 2 do artigo 38.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de maio, que o republica.

Presente relatório da vistoria inicial, de 18 de novembro de 2014, da comissão de técnica nomeada para o efeito, propondo, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º do já citado diploma, a aplicação da medida cautelar de suspensão imediata da utilização do espaço de jogo e recreio por o mesmo, à data, oferecer riscos de segurança para os seus utilizadores e a retirada dos equipamentos de jogo e recreio existentes no espaço (torre com plataforma de escorrega e equipamento de baloiço) por oferecerem riscos para a segurança dos seus utilizadores, não serem adequados à faixa etária a que se destinavam e não se encontrarem homologados.

Presente relatório da vistoria de verificação, realizada em 8 de abril de 2015, da comissão de técnica nomeada para o efeito, que confirma a aplicação da medida cautelar de suspensão da utilização do espaço de jogo e recreio e a retirada dos equipamentos de jogo e recreio existentes no espaço (torre com plataforma de escorrega e equipamento de baloiço) conforme proposto no relatório de vistoria inicial, de 18 de novembro. O relatório confirma que, à data atual, o espaço exterior do estabelecimento “Os kanitos”, não constitui um espaço de jogo e recreio, conforme previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de maio, que o republica.

**Após análise da pretensão apresentada pela requerente e do relatório da comissão de vistoria de 8 de abril de 2015, a Câmara delibera:**

**RETIRAR a medida cautelar de suspensão imediata imposta à utilização do espaço de jogo e recreio, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, que o republica, sito nas instalações do estabelecimento “Os kanitos”, Rua do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, da responsabilidade de PALCO DE BRINCADEIRAS, L.DA, número de identificação fiscal 508 381 703, com sede na mesma morada por – de acordo com o relatório de verificação datado de 8 de abril de 2015, cujos fundamentos de facto e de direito se dão aqui por integralmente reproduzidos e se anexa à presente deliberação – ter deixado de constituir um espaço de jogo e recreio, conforme definido nas alíneas a) e b) do n.º 1 do já citado diploma, cujos fundamentos de facto e de direito se dão aqui por integralmente reproduzidos, e se anexam à presente deliberação (Anexo 1).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - E/1467/2015 – DATADO DE 12/02/2015 - LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

259 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/1257/2015, datado de 12/02/2015, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua 42, Trutas**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 25/03/2015, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, EMITIR parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua 42, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**

**Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **16 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

260 - A Associação de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização da Festa dos Santos Populares;
- Publicidade alusiva ao evento.

O Estrela do Mar Futebol Clube, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização do evento “Futebol de 7 veteranos”;
- Publicidade alusiva ao evento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído realização de convívio de patinagem;

Presentes informações nºs 18/AF, 19/AF e 20/AF de 13 de abril de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, o Estrela do Mar Futebol Clube, a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **17 - SUPRESSÃO DA AFETAÇÃO DA TRABALHADORA ALMERINDA VIDAL FERREIRA AO POSTO DE COBRANÇA 1 DO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

261 - A alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, atribui à Divisão de Administração e Modernização (DAM) a competência para gerir e assegurar o relacionamento administrativo com o município.

Por sua vez, estatui o artigo 17.º do Regulamento, que compete ao Gabinete de Atendimento ao Município, abreviadamente designado de GAM, subunidade orgânica integrada na DAM, promover a gestão comercial dos serviços de águas de consumo e de saneamento, assegurar a gestão dos procedimentos administrativos e financeiros de fornecimento de água para consumo humano, de recolha de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, assegurar o atendimento ao município e tramitar os processos das áreas de taxas e licenças, rendas, espetáculos, entre outras, assim como garantir a realização das tarefas inerentes ao licenciamento e/ou registo em matéria de publicidade, de ocupação da via pública exceto para operações urbanísticas, elevadores, táxis, ruído e outros não especificados nem particularmente afetos a outros serviços.



Em 4 de abril de 2013, na sequência da entrada em vigor da nova estrutura orgânica e consequente aglutinação da área de águas e saneamento no GAM, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 81.º da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicada no n.º 185, da II série do Diário da República, doravante designada de Norma, a Câmara Municipal deliberou criar 8 postos de cobrança no GAM, atribuir-lhe um fundo de caixa no valor e sob a responsabilidade dos trabalhadores, da forma que se enumera:

Posto de Cobrança 1 - Almerinda Vidal Ferreira ..... 50,00€;  
Posto de Cobrança 2 - Maria João Filipe Coelho Rodrigues ..... 80,00€;  
Posto de Cobrança 3 - Sandra Marisa Ferreira Neto ..... 80,00€;  
Posto de Cobrança 4 - Dulce Manuela Paiva Bonita ..... 80,00€;  
Posto de Cobrança 5 - Regina Maria Joaquim Lameiras ..... 80,00€;  
Posto de Cobrança 6 - Florbela Gomes de Sousa ..... 50,00€;  
Posto de Cobrança 7 - Arminda Laura Macedo Martins Silvério Granja ... 50,00€;  
Posto de Cobrança 8 - Elizabete Campos Silva ..... 80,00€.

Posteriormente, por deliberação da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2013 e 22 de maio de 2014, encetaram-se mais duas alterações na equipa do GAM, materializadas pela alteração da afetação do posto de cobrança 7, associado à trabalhadora Arminda Laura Macedo Martins Silvério Granja, para a trabalhadora Dina Maria Ferreira Morgado Duarte, que passou a integrar a equipa do front office do GAM e outra pela concretizada pela substituição da trabalhadora Dulce Manuela Paiva Bonita, pela trabalhadora Cirna Cristina Balinha Paiva.

Presentemente, verifica-se a necessidade de promover uma nova alteração concretizada pela supressão da afetação do posto de cobrança 1, associado à trabalhadora Almerinda Vidal Ferreira uma vez que, por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 2 de janeiro de 2015, foi determinada a mobilidade interna na modalidade intercarreiras da trabalhadora, pelo prazo de dezoito meses, a fim de exercer funções inerentes à carreira/categoria de técnico superior na Divisão de Administração e Modernização. Em consequência, a descrição do posto de trabalho prevista em mapa de pessoal, atendendo ao conteúdo funcional da categoria de técnico superior, não prevê o manuseamento de valores, condição essencial para a atribuição do abono para falhas.

**Deste modo, a Câmara Municipal delibera suprimir a afetação da trabalhadora Almerinda Vidal Ferreira, ao posto de cobrança 1 do GAM, devendo a trabalhadora promover a restituição do saldo à sua responsabilidade no valor de 50,00€.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **18 - PARCELA DE TERRENO DESTINADA AO ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO DA MOITA.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

262 - Considerando que, por escritura pública outorgada em 29 de março de 2011, foi doada à freguesia da Moita um prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 785 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1121.

Considerando que a doação do mencionado prédio foi sujeita às seguintes condições:

“Um – Que o prédio destina-se única e exclusivamente ao alargamento do Cemitério da Moita, pelo que a Junta de Freguesia da Moita deve apresentar comprovativo de que a parcela de terreno integrou o domínio público da freguesia, uma vez que o cemitério se classifica como domínio público.

“Dois – O não cumprimento da cláusula anterior implica a reversão da parcela de terreno para o domínio privado do Município.”

Considerando que a doação foi objeto de deliberação camarária, em 28 de outubro de 2010.

Considerando que a Junta de Freguesia da Moita solicitou, por ofício rececionado em 2 de março de 2015 (E/2170/2015), que a Câmara Municipal autorize o cancelamento das duas condições acima transcritas, com vista à reconfiguração da área destinada ao alargamento do cemitério, que se traduz num acréscimo de área a integrar o património da Freguesia de 275 metros quadrados.

Considerando que a parcela de terreno doada à freguesia da Moita se destina ao alargamento do cemitério da Moita e que se mantém essa finalidade para a área correspondente à reconfiguração em apreço.

Considerando que, mantendo-se o compromisso de afetação exclusiva da área de terreno doada de 1.920 metros quadrados, a que acrescem 275 metros quadrados, ao alargamento do cemitério da Moita, estão devidamente salvaguardados os interesses públicos em presença.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera autorizar o cancelamento das condições apostas na escritura pública, outorgada em 29 de março de 2011.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

O **Sr. Presidente** ausentou-se da reunião nesta altura, quando eram 12:00 horas, devido a compromisso em que tinha que representar o Município, pelo que foi substituído na direção dos trabalhos, até final da reunião, pelo **Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente**.

**19 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

263 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…)”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

E atendendo a que,

A globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esses pedidos de verificação já foram submetidos, conforme números de pedidos de verificação e datas indicados na lista anexa.

O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

Em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos prévios da despesa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Votei favoravelmente todas as propostas de contratações de Serviços, excepto a que se refere a RI 15488 – DCD – ao Teatresco – Grupo de Teatro, por me considerar impedido de tomar parte nesta deliberação.”*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

**20 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS**

264 - Presentes relatórios da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza Social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através dos Despachos do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 61/2015, datado de dez de fevereiro de 2015, e n.º 94/2015, datado de 5 de março de 2015, que procedeu à verificação do cumprimento dos requisitos previstos nos Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado RMAAB), identificação de documentos em falta e atribuição de classificação, com base nos critérios previamente definidos, segundo o disposto no n.º 1 e 2 do artigo 14.º do regulamento (Anexo I).

Nos termos do RMAAB, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e de 14 de agosto de 2014, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º, as entidades que tenham a sua sede e ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande, com carácter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Para o efeito, as entidades apresentam as candidaturas no âmbito dos três tipos de programas de apoio consagrados no artigo 7.º do regulamento, cujo prazo de entrega está fixado, nos termos do artigo 11.º do RMAAB, até 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa para os casos dos apoios anuais, e em qualquer momento, para os apoios pontuais e a infraestruturas.

O regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º a forma de instrução das candidaturas bem como os documentos que a devem acompanhar;

Foram assim rececionadas até abril de 2015 as seguintes candidaturas:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/7349/2014	10/09/2014	CULTURA	TOCANDAR	ATIVIDADES / OFICINAS E ATUAÇÕES DE 2015	ANUAL
E/7712/2014	24/09/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	FAG 2015	ANUAL
E/7717/2014	25/09/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	ARRAIAL POPULAR	ANUAL
E/7782/2014	MAIL 01/10/2014	CULTURA	ACAMG.	MARCHAS POPULARES	PONTUAL
E/7783/2014	MAIL DE 02/2014	CULTURA	ACAMG	DESFILE DE CARNAVAL	PONTUAL
E/7824/2014	MAIL 30/09/2014	CULTURA	ASSOC. AMIGOS COMBOIO DE LATA	PLANO ATIVIDADES 2015	ANUAL
E/7909/2014	MAIL 06/10/2014	CULTURA	STIV	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	PONTUAL
E/8039/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO	ANUAL

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
				SIM	
E/8040/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	TEATRO	ANUAL
E/8041/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE S. MARTINHO	PONTUAL
E/8043/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE ARRAIAL	PONTUAL
E/8131/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	CARNAVAL 2015	ANUAL
E/8133/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	ANUAL
E/8045/2014	30/09/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES PONTUAIS 2015	PONTUAL
E/8050/2014	30/09/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES ANUAIS 2015	ANUAL
E/8067/2014	30/09/2014	CULTURA	C R AMIEIRINHENSE	ESCOLA DE MÚSICA	ANUAL
E/8127/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES CULTURAIS	ANUAL
E/8134/2014	30/09/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	HOMENAGENS A DIVERSOS MÚSICOS	ANUAL
E/8138/2014	30/09/2014	CULTURA	IGREJA DE PATAIAS	FESTA EM HONRA DE S. SILVESTRE NA MOITA	ANUAL
E/8139/2014	30/09/2014	CULTURA	PROTUR SPM	ATIVIDADES 2015	ANUAL
E/1702/2015	18/02/2015	CULTURA	SIR 1 MAIO - RANCHO FOLCLORE	34º ENCONTRO DE FOLCLORE	PONTUAL
E/2532/2015	19/03/2015	CULTURA	SDR PILADO E ESCOURA	ATIVIDADES COMEM, DO 25 DE ABRIL	PONTUAL
E/1718/2015	18/02/2015	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA MARINHA GRANDE - IGREJA DE PICASSINOS	FESTEJOS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO	PONTUAL
E/8128/2014	30/09/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	OBRAS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	INFRAESTRUTURAS
E/8038/2014	30/09/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (COZINHA, SALÃO DE FESTAS E RECINTO EXTERIOR)	INFRAESTRUTURAS
E/8051/2014	30/09/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (TELHADO E CASAS DE BANHO)	INFRAESTRUTURAS
E/8069/2014	30/09/2014	CULTURA	ACR COMEIRA	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES	INFRAESTRUTURAS
E/8112/2014	30/09/2014	CULTURA	SIR 1º DEZEMBRO – PÊRO NETO	A – EQUIPAM. COZINHA   B – EQUIPA SEGURANÇA CONTRA INCENDIO	INFRAESTRUTURAS
E/10530/2014	30/12/2014	CULTURA	SDR PILADO E ESCOURA	SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS DA SEDE	INFRAESTRUTURAS
E/6319/2014	01/08/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	APOIO À PARTICIPAÇÃO EM PROVAS NACIONAIS	ANUAL
E/7032/2014	03/09/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	8º MASTER / 25º CONCURSO DE PESCA	PONTUAL
E/7691/2014	23/09/2014	DESPORTO	APDEFICIENTES	ATIVIDADES ÁREA DESPORTIVA - BASQUETEBOL E ANDEBOL EM CADEIRA DE RODAS	ANUAL
E/7714/2014	24/09/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	2º PASSEIO TODO-O-TERRENO	ANUAL
E/7715/2014	24/09/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	6ª PROVA DE BTT	ANUAL
E/7720/2014	24/09/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	MOTOCROSS	ANUAL
E/7810/2014	29/09/2014	DESPORTO	C D MOITENSE	64º CIRCUITO DE CICLISMO	ANUAL
E/7855/2014	29/09/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	ATIVIDADE DA EQUIPA DE PESCA DESPORTIVA	ANUAL
E/7857/2014	29/09/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	CONCENTRAÇÃO DE MOTOS ANTIGAS	ANUAL
E/7858/2014	29/09/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	FESTIVAL HIPICO	ANUAL
E/8044/2014	30/09/2014	DESPORTO	ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	SISTEMA DE REGA PARA O RELVADO SINTÉTICO	INFRAESTRUTURAS
E/80522014	30/09/2014	DESPORTO	S OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES DESPORTIVAS - 26.º TORNEIO DE XADREZ / 27.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE S. PEDRO DE MOEL / 2.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA " SUPER JOVEM" / 2.º TOENEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA " SUPER SÉNIOR" / TORNEIOS CONVÍVIO DE VOLEIBOL DE FORMAÇÃO JOVEM	ANUAL
E/8060/2014	30/09/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	2º RALLYE VIDREIRO HISTÓRICO	ANUAL
E/8062/2014	30/09/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª	RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL	ANUAL

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
			GRANDE		
E/8063/2014	30/09/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	15º ENCONTRO DE CLÁSSICOS E DESPORTIVOS	ANUAL
E/8064/2014	30/09/2014	DESPORTO	AGRUP. ESCOLAS M G POENTE	ATIVIDADES PATINAGEM DE VELOCIDADE	PONTUAL
E/8068/2014	30/09/2014	DESPORTO	C R AMIEIRINHENSE	5º PRÉMIO DE ATLETISMO.	ANUAL
E/8070/2014	30/09/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	MOTO RALLY TURISTICO	ANUAL
E/8073/2014	30/09/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	CONCENTRAÇÃO MOTARD	ANUAL
E/8111/2014	30/09/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	FESTAND E ANDEBOL DE PRAIA	ANUAL
E/8129/2014	30/09/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	2º ENCONTRO DE MINI BASQUETE	PONTUAL
E/8130/2014	30/09/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	FESTIVAL DE PATINAGEM	PONTUAL
E/8136/2014	30/09/2014	DESPORTO	CLUBE DE ATLETISMO M G	ORGANIZAÇÃO DE 3 PROVAS - 9.º CORTA MATO JOVEM ROTA DO VIDRO / 3.º MEETING FERNANDO ALVES / 27.ª MILHA DE CRISTAL	ANUAL
E/9475/2014	13/11/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	CONCURSO PESCA DESPORTIVA DE MAR	ANUAL
E/9477/2014	13/11/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	II TORNEIO DE FUTSAL INTERCOLETIVIDADES	ANUAL
E/9478/2014	13/11/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	III CORTA MATO	ANUAL
E/1754/2015	19/02/2015	DESPORTO	SBR1 JANEIRO ORDEM	AQUISIÇÃO DE ROBOT PARA TREINOS DE TÊNIS DE MESA	INFRAESTRUTURAS
E/2467/2015	19/03/2015	DESPORTO	CD GARCIA	APOIO PONTUAL TORNEIO INFANTIL 25 DE ABRIL	PONTUAL
E/1714/2015	18/02/2015	DESPORTO	EAS ACADEMIA DE FUTEBOL DA M. GRANDE	XII TORNEIO DE FUTEBOL "HOTEL MAR & SOL - LAGOINHA PARK"	PONTUAL
E/7680/2014	22-09.2014	DESPORTO	SDR GARCENSE	CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO DO BAR, SALÃO PRINCIPAL E GINÁSIO	INFRAESTRUTURAS
E/8054/2014	30/09/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA SEDE	INFRAESTRUTURAS
E/8055/2014	30/09/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE REMODELAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO	INFRAESTRUTURAS
E/8110/2014	30/09/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	OBRAS SUBSTITUIÇÃO DE JANELÕES E REFRIGERAÇÃO DO PAVILHÃO	INFRAESTRUTURAS
E/7690/2014	23/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	ATIVIDADES ÁREA SOCIAL E RECREATIVA	ANUAL
E/7696/2014	23/09/2014	SOCIAL	ADESERII - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, IPSS	FUNCIONAMENTO DO OTL "O NOSSO MUNDO" E "GABINETE MÃO ABERTA" E APOIO SOCIAL A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	ANUAL
E/7713/2014	24/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE DIA/SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO/CENTRO DE CONVÍVIO	ANUAL
E/7892/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II	FUNCIONAMENTO DE CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL E LOJA SOCIAL	ANUAL
E/8032/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA JARDIM DOS PEQUENINOS	ALUGUER DE AUTOCARRO	PONTUAL
E/8036/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA JARDIM DOS PEQUENINOS	FREQUÊNCIA DA PISCINA PELAS CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR	ANUAL
E/8037/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE	PLANO DE ATIVIDADES 2015	ANUAL
E/8056/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOENTES DE PARKINSON	PLANO DE ATIVIDADES 2015	ANUAL
E/8065/2014	30/09/2014	SOCIAL	PROJETOS DE VIDA - COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL, LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE	PLANO DE ATIVIDADES 2015	ANUAL



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/8081/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II	FUNCIONAMENTO DE CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL E LOJA SOCIAL - DUPLICADO DA E/7892/2014	ANUAL
E/8113/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA ASURPI	PONTUAL
E/8117/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	ALMOÇO DE NATAL	PONTUAL
E/8120/2014	30/09/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	VIAGEM A ALDEIA TÍPICA DE PORTUGAL	PONTUAL
E/8122/2014	30/09/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	VIAGEM A CIDADE GEMINADA	PONTUAL
E/8123/2014	30/09/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	FESTA DE NATAL	ANUAL
E/8125/2014	30/09/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	DIA DA MULHER E DIA DO PAI	PONTUAL
E/8126/2014	30/09/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	FESTEJOS DO S. MARTINHO	PONTUAL
E/7718/2014	24/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA SEDE	INFRAESTRUTURAS
E/7721/2014	24/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	INFRAESTRUTURAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS	INFRAESTRUTURAS
E/7767/2014	25/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	OBRAS REPAVIMENTAÇÃO DE 4 SALAS DE ATIVIDADES	INFRAESTRUTURAS
E/7806/2014	26/09/2014	SOCIAL	SÃO SILVESTRE - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA	PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES	INFRAESTRUTURAS
E/7825/2014	26/09/2014	SOCIAL	ADESERII - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, IPSS	REQUALIFICAÇÃO DO TELHADO DOS PAVILHÕES DA SEDE DA INSTITUIÇÃO	INFRAESTRUTURAS
E/8033/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA JARDIM DOS PEQUENINOS	PINTURA DAS INSTALAÇÕES DA CRECHE	INFRAESTRUTURAS
E/8118/2014	30/09/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	OBRAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO	INFRAESTRUTURAS
E/8066/2014	30/09/2014	OUTROS	BOMBEIROS VIEIRA DE LEIRIA	DIVERSOS (AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E MELHORIA DE INFRAESTRUTURAS)	ANUAL
E/8076/2014	30/09/2014	OUTROS	A CASA DA ÁRVORE	UMA ESCOLA NA FLORESTA (REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES PARA ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E	ANUAL

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
				MELHORIA DE INSTALAÇÕES)	
E/8066/2014	30/09/2014	OUTROS	BOMBEIROS VIEIRA DE LEIRIA	DIVERSOS (AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E MELHORIA DE INFRAESTRUTURAS)	INFRAESTRUTURAS

Nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do RMAAB foi designada pelos despachos N.º61/2015 de 05 de fevereiro e n.º 94/2015 datado de 5 de março de 2015 a comissão de apreciação das candidaturas Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, constituída por três elementos e um suplente por cada área, com a seguinte composição:

1 - Entidades de Cultura e Recreio: Vereador, Vítor Pereira; Chefe de Divisão, Catarina de Sousa Carvalho; Técnica Superior, Fátima Bentes; Suplente: Técnica Superior, Helena Godinho.

2 - Entidades Desportivas: Vereador, Vítor Pereira; Chefe de Divisão, Catarina de Sousa Carvalho; Encarregado Operacional, Raimundo Santos; Suplente: Técnico superior Dr. Nuno Silva.

3 - Entidades de intervenção social: Vereador, Vítor Pereira, Chefe de Divisão, Catarina de Sousa Carvalho, Técnica superior, Paula Sardinha; Suplente: Técnica superior, Alexandra Gonçalves.

4 - Outras Entidades: Vereador, Vítor Pereira; Chefe de Divisão, Catarina de Sousa Carvalho; Técnico superior, Luís Barreiros; Suplente: Técnica superior, Cristina Simões.

Atendendo ao definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º e n.º 1 do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo publicado no Decreto-Lei 442/91 de 15 de novembro de 1991, a Técnica Superior Fátima Bentes solicitou dispensa de intervir na avaliação da candidatura do Sport Operário Marinhense, na medida em que faz parte da Assembleia Geral desta entidade, pelo que a mesma foi avaliada pelo suplente, a Técnica Superior Helena Godinho.

As candidaturas foram verificadas, analisadas e avaliadas nos termos dos critérios definidos no artigo 13.º do RMAAB, pontuadas de 1 a 10 valores, sendo que a classificação final resulta da ponderação da pontuação atribuída em todos os critérios pelos três membros da comissão.

Na primeira análise realizada às candidaturas, a comissão verificou que algumas foram instruídas com documentos em falta, nomeadamente, os orçamentos discriminados das ações, tendo determinado que fosse solicitado às entidades a respetiva entrega num prazo de 5 dias úteis, sob pena da candidatura não cumprir os requisitos previstos no artigo 12.º do RMAAB.

O Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras não apresentou os documentos solicitados para as candidaturas com o registo de entrada n.º E/9475/2014, datado de 13 de novembro de 2014 - para a promoção de Concurso Anual de Pesca Desportiva de Mar - e candidatura com o registo de entrada n.º E/9477/2014, datado de 13 de novembro de 2014 - para a promoção do 2.º Torneio de Futsal - pelo que as mesmas não cumprem o disposto no artigo 12.º do RMAAB. Deste modo, propõe-se a sua exclusão, uma vez que os mesmos são necessários à instrução da candidatura, e seriam posteriormente necessários para a verificação do cumprimento do contrato-programa e aplicação dos apoios financeiros para os fins solicitados.

Algumas das entidades que apresentaram candidaturas para apoio a infraestruturas na área social comunicaram a desistência das mesmas, a saber:

- E/7721/2014: Infraestruturas para construção de um lar de idosos - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, cuja desistência foi reportada através de ofício com o registo E/2475/2015.

- E/7767/2014: Repavimentação de 4 salas de atividades - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, cuja desistência foi reportada através de ofício com o registo E/2742/2015.

- E/7825/2014: Requalificação do telhado dos pavilhões da sede da instituição - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social para o Desenvolvimento da Região da Marinha Grande, IPSS (ADESERII), cuja desistência foi reportada através de ofício com o registo E/24/97/2015.

Deste modo, os processos relativos às candidaturas acima indicadas foram retirados.

Os elementos da comissão concluíram ainda na primeira análise efetuada em 25 de fevereiro de 2015 que, face aos critérios definidos para análise das candidaturas determinados no artigo 13.º do RMAAB, os documentos em falta não continham elementos necessários à classificação/atribuição da pontuação, pelo que procedeu à realização da mesma, tendo-se obtido os seguintes resultados:

**ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/7349/2014	CULTURA	TOCANDAR	ATIVIDADES / OFICINAS E ACTUAÇÕES	43,3
E/7712/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	FAG 2015	43
E/7717/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	ARRAIAL POPULAR	26
E/7782/2014	CULTURA	ACAMG.	MARCHAS POPULARES	42,7
E/7783/2014	CULTURA	ACAMG	DESFILE DE CARNAVAL	34
E/7824/2014	CULTURA	ASSOC. AMIGOS COMBOIO DE LATA	PLANO ATIVIDADES 2015	35,7
E/7909/2014	CULTURA	STIV	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	36,3
E/8039/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO SIM	23
E/8040/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	TEATRO	31,3
E/8041/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE S. MARTINHO	23
E/8043/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE ARRAIAL	23
E/8045/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES PONTUAIS 2015	20,3
E/8050/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES ANUAIS 2015	22,3

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/8067/2014	CULTURA	C R AMIEIRINHENSE	ESCOLA DE MÚSICA	40
E/8127/2014	CULTURA	SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES CULTURAIS - TEATRO	38
			ESCOLA DE MÚSICA	
			EXPOSIÇÕES	
E/8131/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	CARNAVAL 2015	28,3
E/8133/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL	19
E/8134/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	HOMENAGENS A DIVERSOS MUSICOS	27
E/8138/2014	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PATAIAS	FESTA EM HONRA DE S. SILVESTRE NA MOITA	20,3
E/8139/2014	CULTURA	PROTUR SPM	ATIVIDADES 2015	30,7
E/1702/2015	CULTURA	SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO - RANCHO FOLCLÓRICO	34º ENCONTRO DE FOLCLORE	32,7
E/2532/2015	CULTURA	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	21
E/1718/2015	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA MARINHA GRANDE - PICASSINOS	FESTEJOS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO NA IGREJA DE PICASSINOS	19,7
INFRAESTRUTURAS				
E/8038/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (COZINHA, SALÃO DE FESTAS E RECINTO EXTERIOR)	27,3
E/8051/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (TELHADO E CASAS DE BANHO)	26,3
E/8069/2014	CULTURA	ACR COMEIRA	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES	28,3
E/8112/2014	CULTURA	SIR 1º DEZEMBRO – PÊRO NETO	A – EQUIPAM. COZINHA   B – EQUIPA SEGURANÇA CONTRA INCENDIO	29
E/10530/2014	CULTURA	SDR PILADO E ESCOURA	SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS DA SEDE	29
E/8128/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	PALCO, SOM E LUZ, INSTRUMENTOS	21,3

#### ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/6319/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	APOIO À PARTICIPAÇÃO EM PROVAS NACIONAIS	19,3
E/7032/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	8º MASTER / 25º CONCURSO DE PESCA	30,7
E/7691/2014	DESPORTO	APDEFICIENTES	ATIVIDADES ÁREA DESPORTIVA	35
E/7714/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	2º PASSEIO TODO-O-TERRENO	20,3
E/7715/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	6ª PROVA DE BTT	32,7
E/7720/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	MOTOCROSS	21,7
E/7810/2014	DESPORTO	C D MOITENSE	64º CIRCUITO DE CICLISMO	42,3
E/7855/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	ATIVIDADE DA EQUIPA DE PESCA DESPORTIVA	19,3
E/7857/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	CONCENTRAÇÃO DE MOTOS ANTIGAS	18
E/7858/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	FESTIVAL HIPICO	32
E/8052/2014	DESPORTO	S OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES DESPORTIVAS	37,7
E/8060/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	2º RALLYE VIDREIRO HISTÓRICO	23,3
E/8062/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL	44
E/8063/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	15º ENCONTRO DE CLÁSSICOS E DESPORTIVOS	22,7
E/8064/2014	DESPORTO	AGRUP. ESCOLAS M G POENTE	ATIVIDADES PATINAGEM DE VELOCIDADE	37,7
E/8068/2014	DESPORTO	C R AMIEIRINHENSE	5º PRÉMIO DE ATLETISMO	36
E/8070/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	MOTO RALLY TURISTICO	24
E/8073/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	CONCENTRAÇÃO MOTARD	35,7
E/8111/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	FESTAND E ANDEBOL DE PRAIA	35,3
E/8129/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	2º ENCONTRO DE MINI BASQUETE	25,3
E/8130/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	FESTIVAL DE PATINAGEM	31,3
E/8136/2014	DESPORTO	CLUBE DE ATLETISMO M G	ORGANIZAÇÃO DE 3 PROVAS	36,3
E/9478/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	III CORTA MATO	30
E/1714/2015	DESPORTO	EAS ACADEMIA DE FUTEBOL MG	XII TORNEIO DE FUTEBOL HOTEL MAR E SOL - LAGOINHA PARK	27
E/2467/2015	DESPORTO	CD GARCIA	XII TORNEIO DE FUTEBOL INFANTIL 25 DE ABRIL	23,7
INFRAESTRUTURAS				
E/7680/2014	DESPORTO	SDR GARCENSE	CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO DO BAR, SALÃO PRINCIPAL E GINÁSIO	30
E/8054/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA SEDE	30,3

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/8055/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE REMODELAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO	39,3
E/8110/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	OBRAS SUBSTITUIÇÃO DE JANELÕES E REFRIGERAÇÃO DO PAVILHÃO	25,7
E/8044/2014	DESPORTO	ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	SISTEMA DE REGA PARA O RELVADO SINTÉTICO	31,3
E/1754/2015	DESPORTO	SOCIEDADE BENEFICÊNCIA 1.º JANEIRO	AQUISIÇÃO DE UM ROBOT E 3 MESAS DE TÊNIS DE MESA	35,3

#### ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/7690/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	APOIO ATIVIDADES SOCIAIS E RECREATIVAS	29,7
E/7696/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, II, IPSS	FUNCIONAMENTO DO OTL, GAB. MÃO ABERTA E APOIO SOCIAL A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	33,7
E/7713/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	APOIO P/ FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE DIA/SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE CONVÍVIO	34
E/8032/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	ALUGUER DE AUTOCARRO	17
E/8036/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	FREQUÊNCIA DE PISCINA DE CRIANÇAS DO PRE-ESCOLAR	16,3
E/8037/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	32
E/8056/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	28,3
E/8065/2014	SOCIAL	PROJETOS DE VIDA - COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL, LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE	PLANO DE ATIVIDADES 2015	23,3
E/8081/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II	FUNCIONAM. DO CENTRO SÓCIO-SANITÁRIO PORTA AZUL E LOJA SOCIAL	33
E/8113/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	COMEMOR. DO ANIVERSÁRIO DA ASURPI	21,3
E/8117/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	ALMOÇO DE NATAL	27,7
E/8120/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VISITA A UMA ALDEIA TÍPICA	15,7
E/8122/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VIAGEM A CIDADE GEMINADA	21,3
E/8123/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTA E CABAZ DE NATAL	27,3
E/8125/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	COMEMORAÇÕES DIA DA MULHER E DIA DO PAI	19
E/8126/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTEJOS DO S. MARTINHO	17,3
INFRAESTRUTURAS				
E/7718/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA SEDE	28,3
E/7806/2014	SOCIAL	SÃO SILVESTRE - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA	PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES	35
E/8033/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	PINTURA DAS INSTALAÇÕES DA CRECHE	24,3
E/8118/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	OBRAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO	24,3

#### OUTRAS ENTIDADES

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/8076/2014	OUTROS	ASSOCIAÇÃO CASA D' ARVORE	ATIVIDADES ÁREA RECREATIVA - UMA ESCOLA NA FLORESTA	35,7
E/8066/2014	OUTROS	A.H. BOMBEIROS VOL. VIEIRA LEIRIA	ATIVIDADES DIVERSAS	34,7
INFRAESTRUTURAS				

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/8066/2014	OUTROS	A.H. BOMBEIROS VOL. VIEIRA LEIRIA	ATIVIDADES DIVERSAS	34,7

O RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder.

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Atendendo a que nos termos do n.º 4, do artigo 14.º do RMAAB a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão das seguintes candidaturas:

#### ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBS.
ATIVIDADES					
E/7349/2014	CULTURA	TOCANDAR	ATIVIDADES / OFICINAS E ACTUAÇÕES	43,3	ADMITIR
E/7712/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	FAG 2015	43	ADMITIR
E/7717/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	ARRAIAL POPULAR	26	ADMITIR
E/7782/2014	CULTURA	ACAMG.	MARCHAS POPULARES	42,7	ADMITIR
E/7783/2014	CULTURA	ACAMG	DESFILÉ DE CARNAVAL	34	ADMITIR
E/7824/2014	CULTURA	ASSOC. AMIGOS COMBOIO DE LATA	PLANO ATIVIDADES 2015	35,7	ADMITIR
E/7909/2014	CULTURA	STIV	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	36,3	ADMITIR
E/8040/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	TEATRO	31,3	ADMITIR
E/8067/2014	CULTURA	C R AMIEIRINHENSE	ESCOLA DE MÚSICA	40	ADMITIR
E/8127/2014	CULTURA	SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES CULTURAIS - TEATRO	38	ADMITIR
			ESCOLA DE MÚSICA		
			EXPOSIÇÕES		
E/8131/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	CARNAVAL 2015	28,3	ADMITIR
E/8134/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	HOMENAGENS A DIVERSOS MUSICOS	27	ADMITIR
E/8139/2014	CULTURA	PROTUR SPM	ATIVIDADES 2015	30,7	ADMITIR
E/1702/2015	CULTURA	SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO - RANCHO FOLCLÓRICO	34º ENCONTRO DE FOLCLORE	32,7	ADMITIR
INFRAESTRUTURAS					
E/8038/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (COZINHA, SALÃO DE FESTAS E RECINTO EXTERIOR)	27,3	ADMITIR
E/8051/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (TELHADO E CASAS DE BANHO)	26,3	ADMITIR
E/8069/2014	CULTURA	ACR COMEIRA	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES	28,3	ADMITIR
E/8112/2014	CULTURA	SIR 1º DEZEMBRO – PÊRO NETO	A – EQUIPAM. COZINHA   B – EQUIPA SEGURANÇA CONTRA INCENDIO	29	ADMITIR
E/10530/2014	CULTURA	SDR PILADO E ESCOURA	SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS DA SEDE	29	ADMITIR
E/8128/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	PALCO, SOM E LUZ, INSTRUMENTOS	21,3	ADMITIR

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

#### ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBS.
<b>ATIVIDADES</b>					
E/7032/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	8º MASTER / 25º CONCURSO DE PESCA	30,7	ADMITIR
E/7691/2014	DESPORTO	APDEFICIENTES	ATIVIDADES ÁREA DESPORTIVA	35	ADMITIR
E/7715/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	6ª PROVA DE BTT	32,7	ADMITIR
E/7810/2014	DESPORTO	C D MOITENSE	64º CIRCUITO DE CICLISMO	42,3	ADMITIR
E/7858/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	FESTIVAL HIPICO	32	ADMITIR
E/8052/2014	DESPORTO	S OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES DESPORTIVAS	37,7	ADMITIR
E/8062/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL	44	ADMITIR
E/8064/2014	DESPORTO	AGRUP. ESCOLAS M G POENTE	ATIVIDADES PATINAGEM DE VELOCIDADE	37,7	ADMITIR
E/8068/2014	DESPORTO	C R AMIEIRINHENSE	5º PRÉMIO DE ATLETISMO	36	ADMITIR
E/8073/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	CONCENTRAÇÃO MOTARD	35,7	ADMITIR
E/8111/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	FESTAND E ANDEBOL DE PRAIA	35,3	ADMITIR
E/8129/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	2º ENCONTRO DE MINI BASQUETE	25,3	ADMITIR
E/8130/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	FESTIVAL DE PATINAGEM	31,3	ADMITIR
E/8136/2014	DESPORTO	CLUBE DE ATLETISMO M G	ORGANIZAÇÃO DE 3 PROVAS	36,3	ADMITIR
E/9475/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	CONCURSO PESCA DESPORTIVA DE MAR	25,3	ADMITIR
E/9478/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	III CORTA MATO	30	ADMITIR
E/1714/2015	DESPORTO	EAS ACADEMIA DE FUTEBOL MG	XII TORNEIO DE FUTEBOL HOTEL MAR E SOL - LAGOINHA PARK	27	ADMITIR
<b>INFRAESTRUTURAS</b>					
E/7680/2014	DESPORTO	SDR GARCIESE	CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO DO BAR, SALÃO PRINCIPAL E GINÁSIO	30	ADMITIR
E/8054/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA SEDE	30,3	ADMITIR
E/8055/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE REMODELAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO	39,3	ADMITIR
E/8110/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	OBRAS SUBSTITUIÇÃO DE JANELÕES E REFRIGERAÇÃO DO PAVILHÃO	25,7	ADMITIR
E/8044/2014	DESPORTO	ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	SISTEMA DE REGA PARA O RELVADO SINTÉTICO	31,3	ADMITIR
E/1754/2015	DESPORTO	SOCIEDADE BENEFICÊNCIA 1.ª JANEIRO	AQUISIÇÃO DE UM ROBOT E 3 MESAS DE TÊNIS DE MESA	35,3	ADMITIR

#### ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBS.
<b>ATIVIDADES</b>					
E/7690/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	APOIO ATIVIDADES SOCIAIS E RECREATIVAS	29,7	ADMITIR
E/7696/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, II, IPSS	FUNCIONAMENTO DO OTL, GAB. MÃO ABERTA E APOIO SOCIAL A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	33,7	ADMITIR
E/7713/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	APOIO P/ FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE DIA/SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE CONVÍVIO	34	ADMITIR
E/8037/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	32	ADMITIR
E/8056/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	28,3	ADMITIR
E/8081/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II	FUNCIONAM. DO CENTRO SÓCIO-SANITÁRIO PORTA AZUL E LOJA SOCIAL	33	ADMITIR
E/8117/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS	ALMOÇO DE NATAL	27,7	ADMITIR

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

		REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS			
E/8123/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTA E CABAZ DE NATAL	27,3	ADMITIR
<b>INFRAESTRUTURAS</b>					
E/7718/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA SEDE	28,3	ADMITIR
E/7806/2014	SOCIAL	SÃO SILVESTRE - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA	PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES	35	ADMITIR

**OUTRAS ENTIDADES**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBS.
<b>ATIVIDADES</b>					
E/8076/2014	OUTROS	ASSOCIAÇÃO CASA D' ARVORE	ATIVIDADES ÁREA RECREATIVA - UMA ESCOLA NA FLORESTA	35,7	ADMITIR
E/8066/2014	OUTROS	A.H. BOMBEIROS VOL. VIEIRA LEIRIA	ATIVIDADES DIVERSAS	34,7	ADMITIR
<b>INFRAESTRUTURAS</b>					
E/8066/2014	OUTROS	A.H. BOMBEIROS VOL. VIEIRA LEIRIA	ATIVIDADES DIVERSAS	34,7	ADMITIR

Propõe-se ainda a exclusão das seguintes candidaturas, pelos motivos invocados:

**a) PONTUAÇÃO ABAIXO DOS 25 PONTOS:**

**ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBSV.
<b>ATIVIDADES</b>					
E/8039/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO SIM	23	EXCLUIR
E/8041/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE S. MARTINHO	23	EXCLUIR
E/8043/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE ARRAIAL	23	EXCLUIR
E/8045/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES PONTUAIS 2015	20,3	EXCLUIR
E/8050/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES ANUAIS 2015	22,3	EXCLUIR
E/8133/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL	19	EXCLUIR
E/8138/2014	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PATAIAS	FESTA EM HONRA DE S. SILVESTRE NA MOITA	20,3	EXCLUIR
E/2532/2015	CULTURA	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	21	EXCLUIR
E/1718/2015	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA MARINHA GRANDE - PICASSINOS	FESTEJOS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO NA IGREJA DE PICASSINOS	19,7	EXCLUIR

**ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA E RECREATIVA**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBSV.
<b>ATIVIDADES</b>					
E/6319/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	APOIO À PARTICIPAÇÃO EM PROVAS NACIONAIS	19,3	EXCLUIR
E/7714/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	2º PASSEIO TODO-O-TERRENO	20,3	EXCLUIR
E/7720/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	MOTOCROSS	21,7	EXCLUIR
E/7855/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	ATIVIDADE DA EQUIPA DE PESCA DESPORTIVA	19,3	EXCLUIR
E/7857/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	CONCENTRAÇÃO DE MOTOS ANTIGAS	18	EXCLUIR
E/8060/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	2º RALLYE VIDREIRO HISTÓRICO	23,3	EXCLUIR
E/8063/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	15º ENCONTRO DE CLÁSSICOS E DESPORTIVOS	22,7	EXCLUIR
E/8070/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	MOTO RALLY TURISTICO	24	EXCLUIR
E/2467/2015	DESPORTO	CD GARCIA	XII TORNEIO DE FUTEBOL INFANTIL 25 DE ABRIL	23,7	EXCLUIR

**ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBSV.
<b>ATIVIDADES</b>					
E/8032/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	ALUGUER DE AUTOCARRO	17	EXCLUIR
E/8036/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA -	FREQUÊNCIA DE PISCINA DE	16,3	EXCLUIR



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

		JARDIM DOS PEQUENINOS	CRIANÇAS DO PRE-ESCOLAR		
E/8065/2014	SOCIAL	PROJETOS DE VIDA - COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL, LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE	PLANO DE ATIVIDADES 2015	23,3	EXCLUIR
E/8113/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	COMEMOR. DO ANIVERSÁRIO DA ASURPI	21,3	EXCLUIR
E/8120/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VISITA A UMA ALDEIA TÍPICA	15,7	EXCLUIR
E/8122/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VIAGEM A CIDADE GEMINADA	21,3	EXCLUIR
E/8125/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	COMEMORAÇÕES DIA DA MULHER E DIA DO PAI	19	EXCLUIR
E/8126/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTEJOS DO S. MARTINHO	17,3	EXCLUIR
INFRAESTRUTURAS					
E/8118/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	OBRAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO	24,3	EXCLUIR

**b) NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DA CANDIDATURA:**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/9475/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	CONCURSO PESCA DESPORTIVA DE MAR	25,3
E/9477/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	II TORNEIO DE FUTSAL INTERCOLETIVIDADES	19,3

Em anexo são apresentados os relatórios da comissão de apreciação das candidaturas Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, bem como as respetivas grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final.

A Câmara Municipal, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/7349/2014	CULTURA	TOCANDAR	ATIVIDADES / OFICINAS E ACTUAÇÕES	43,3
E/7712/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	FAG 2015	43
E/7717/2014	CULTURA	ASCD CASAL GALEGO	ARRAIAL POPULAR	26
E/7782/2014	CULTURA	ACAMG.	MARCHAS POPULARES	42,7
E/7783/2014	CULTURA	ACAMG	DESFILE DE CARNAVAL	34
E/7824/2014	CULTURA	ASSOC. AMIGOS COMBOIO DE LATA	PLANO ATIVIDADES 2015	35,7
E/7909/2014	CULTURA	STIV	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	36,3
E/8040/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	TEATRO	31,3
E/8067/2014	CULTURA	C R AMIEIRINHENSE	ESCOLA DE MÚSICA	40
E/8127/2014	CULTURA	SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES CULTURAIS - TEATRO	38
			ESCOLA DE MÚSICA	
			EXPOSIÇÕES	

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/8131/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	CARNAVAL 2015	28,3
E/8134/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	HOMENAGENS A DIVERSOS MUSICOS	27
E/8139/2014	CULTURA	PROTUR SPM	ATIVIDADES 2015	30,7
E/1702/2015	CULTURA	SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO - RANCHO FOLCLÓRICO	34º ENCONTRO DE FOLCLORE	32,7
<b>INFRAESTRUTURAS</b>				
E/8038/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (COZINHA, SALÃO DE FESTAS E RECINTO EXTERIOR)	27,3
E/8051/2014	CULTURA	CDR AMEIRA	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (TELHADO E CASAS DE BANHO)	26,3
E/8069/2014	CULTURA	ACR COMEIRA	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES	28,3
E/8112/2014	CULTURA	SIR 1º DEZEMBRO – PÊRO NETO	A – EQUIPAM. COZINHA   B – EQUIPA SEGURANÇA CONTRA INCENDIO	29
E/10530/2014	CULTURA	SDR PILADO E ESCOURA	SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS DA SEDE	29
E/8128/2014	CULTURA	CLUBE DOS MÚSICOS	PALCO, SOM E LUZ, INSTRUMENTOS	21,3

#### ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
<b>ATIVIDADES</b>				
E/7032/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	8º MASTER / 25º CONCURSO DE PESCA	30,7
E/7691/2014	DESPORTO	APDEFICIENTES	ATIVIDADES ÁREA DESPORTIVA	35
E/7715/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	6ª PROVA DE BTT	32,7
E/7810/2014	DESPORTO	C D MOITENSE	64º CIRCUITO DE CICLISMO	42,3
E/7858/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	FESTIVAL HIPICO	32
E/8052/2014	DESPORTO	S OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES DESPORTIVAS	37,7
E/8062/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL	44
E/8064/2014	DESPORTO	AGRUP. ESCOLAS M G POENTE	ATIVIDADES PATINAGEM DE VELOCIDADE	37,7
E/8068/2014	DESPORTO	C R AMEIRINENSE	5º PRÊMIO DE ATLETISMO	36
E/8073/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	CONCENTRAÇÃO MOTARD	35,7
E/8111/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	FESTAND E ANDEBOL DE PRAIA	35,3
E/8129/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	2º ENCONTRO DE MINI BASQUETE	25,3
E/8130/2014	DESPORTO	SPORTING C MARINHENSE	FESTIVAL DE PATINAGEM	31,3
E/8136/2014	DESPORTO	CLUBE DE ATLETISMO M G	ORGANIZAÇÃO DE 3 PROVAS	36,3
E/9475/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	CONCURSO PESCA DESPORTIVA DE MAR	25,3
E/9478/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	III CORTA MATO	30
E/1714/2015	DESPORTO	EAS ACADEMIA DE FUTEBOL MG	XII TORNEIO DE FUTEBOL HOTEL MAR E SOL - LAGOINHA PARK	27
<b>INFRAESTRUTURAS</b>				
E/7680/2014	DESPORTO	SDR GARCENSE	CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO DO BAR, SALÃO PRINCIPAL E GINÁSIO	30
E/8054/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA SEDE	30,3
E/8055/2014	DESPORTO	SC MARINHENSE	OBRAS DE REMODELAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO	39,3
E/8110/2014	DESPORTO	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	OBRAS SUBSTITUIÇÃO DE JANELÕES E REFRIGERAÇÃO DO PAVILHÃO	25,7
E/8044/2014	DESPORTO	ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	SISTEMA DE REGA PARA O RELVADO SINTÉTICO	31,3
E/1754/2015	DESPORTO	SOCIEDADE BENEFICÊNCIA 1.º JANEIRO	AQUISIÇÃO DE UM ROBOT E 3 MESAS DE TÊNIS DE MESA	35,3

#### ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
<b>ATIVIDADES</b>				
E/7690/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	APOIO ATIVIDADES SOCIAIS E RECREATIVAS	29,7
E/7696/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, II, IPSS	FUNCIONAMENTO DO OTL, GAB. MÃO ABERTA E APOIO SOCIAL A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	33,7
E/7713/2014	SOCIAL	ASOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	APOIO P/ FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE DIA/SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE CONVÍVIO	34
E/8037/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO DE DADORES	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	32

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
		BENÉVOLOS DE SANGUE		
E/8056/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	28,3
E/8081/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II	FUNCIONAM. DO CENTRO SÓCIO-SANITÁRIO PORTA AZUL E LOJA SOCIAL	33
E/8117/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	ALMOÇO DE NATAL	27,7
E/8123/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTA E CABAZ DE NATAL	27,3
<b>INFRAESTRUTURAS</b>				
E/7718/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NA SEDE	28,3
E/7806/2014	SOCIAL	SÃO SILVESTRE - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA	PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES	35

**OUTRAS ENTIDADES**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
<b>ATIVIDADES</b>				
E/8076/2014	OUTROS	ASSOCIAÇÃO CASA D' ARVORE	ATIVIDADES ÁREA RECREATIVA - UMA ESCOLA NA FLORESTA	35,7
E/8066/2014	OUTROS	A.H. BOMBEIROS VOL. VIEIRA LEIRIA	ATIVIDADES DIVERSAS	34,7
<b>INFRAESTRUTURAS</b>				
E/8066/2014	OUTROS	A.H. BOMBEIROS VOL. VIEIRA LEIRIA	ATIVIDADES DIVERSAS	34,7

**Delibera ainda ao abrigo e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, notificar os interessados da intenção de exclusão das candidaturas baixo indicadas, pelos motivos apresentados, concedendo um prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem:**

**a) PONTUAÇÃO ABAIXO DOS 25 PONTOS**

**ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
<b>ATIVIDADES</b>				
E/8039/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO SIM	23
E/8041/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE S. MARTINHO	23
E/8043/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	FESTA DE ARRAIAL	23
E/8045/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES PONTUAIS 2015	20,3
E/8050/2014	CULTURA	CDR AMIEIRA	PLANO DE ATIVIDADES ANUAIS 2015	22,3
E/8133/2014	CULTURA	SPORT IMPERIO MARINHENSE	COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL	19
E/8138/2014	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PATAIAS	FESTA EM HONRA DE S. SILVESTRE NA MOITA	20,3
E/2532/2015	CULTURA	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	21
E/1718/2015	CULTURA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA MARINHA GRANDE - PICASSINOS	FESTEJOS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO NA IGREJA DE PICASSINOS	19,7

**ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA E RECREATIVA**

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
<b>ATIVIDADES</b>				
E/6319/2014	DESPORTO	GD CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	APOIO À PARTICIPAÇÃO EM PROVAS NACIONAIS	19,3
E/7714/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	2º PASSEIO TODO-O-TERRENO	20,3
E/7720/2014	DESPORTO	ASCD CASAL GALEGO	MOTOCROSS	21,7
E/7855/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	ATIVIDADE DA EQUIPA DE PESCA DESPORTIVA	19,3
E/7857/2014	DESPORTO	CASA DO BENFICA	CONCENTRAÇÃO DE MOTOS ANTIGAS	18

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	
E/8060/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	2º RALLYE VIDREIRO HISTÓRICO	23,3
E/8063/2014	DESPORTO	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	15º ENCONTRO DE CLÁSSICOS E DESPORTIVOS	22,7
E/8070/2014	DESPORTO	C M MOTABOUT	MOTO RALLY TURISTICO	24
E/2467/2015	DESPORTO	CD GARCIA	XII TORNEIO DE FUTEBOL INFANTIL 25 DE ABRIL	23,7

#### ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
<b>ATIVIDADES</b>				
E/8032/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	ALUGUER DE AUTOCARRO	17
E/8036/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO PROMOÇÃO SOCIAL DE VIEIRA DE LEIRIA - JARDIM DOS PEQUENINOS	FREQUÊNCIA DE PISCINA DE CRIANÇAS DO PRE-ESCOLAR	16,3
E/8065/2014	SOCIAL	PROJETOS DE VIDA - COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL, LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE	PLANO DE ATIVIDADES 2015	23,3
E/8113/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	COMEMOR. DO ANIVERSÁRIO DA ASURPI	21,3
E/8120/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VISITA A UMA ALDEIA TÍPICA	15,7
E/8122/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	VIAGEM A CIDADE GEMINADA	21,3
E/8125/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	COMEMORAÇÕES DIA DA MULHER E DIA DO PAI	19
E/8126/2014	SOCIAL	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTEJOS DO S. MARTINHO	17,3
<b>INFRAESTRUTURAS</b>				
E/8118/2014	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	OBRAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO	24,3

#### b) NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DA CANDIDATURA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/9475/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	CONCURSO PESCA DESPORTIVA DE MAR	25,3
E/9477/2014	DESPORTO	GDR FIGUEIRAS	II TORNEIO DE FUTSAL INTERCOLETIVIDADES	19,3

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho chegou à reunião pelas 12:25 horas, durante a discussão deste ponto, pelo que já participou na votação do mesmo.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira solicitou dispensa de intervir na avaliação da candidatura da ADESER e do SOM, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte da Assembleia Geral destas entidades.

O Sr. Vice-Presidente declarou o referido impedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Temos praticamente 1/3 do ano decorrido e há alguns destes eventos que já se realizaram.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

**O Sr. Vice-Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente a proposta de classificação e proposta de admissão e exclusão de candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, apesar de lamentar que, disponibilizando a Câmara Municipal meios financeiros para apoio às actividades culturais, recreativas, desportivas e sociais das diversas associações e coletividades do concelho, haja, ainda, algumas que não apresentam candidaturas a esses benefícios financeiros, apesar das inúmeras e difundidas dificuldades*

*que dizem atravessar. Neste contexto, lamento, particularmente, que a Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria, Instituição de Utilidade Pública, com 82 anos ao serviço da instrução e cultura da freguesia de Vieira de Leiria, com actividades culturais, recreativas e desportivas, ininterruptas e regulares, donde se destaca a atividade do Rancho Folclórico "Peixeiras da Vieira", integrado nesta associação, que muito tem contribuído para divulgação da freguesia e do concelho através da etnografia e do folclore, não tenha candidatado nenhuma das suas atividades á atribuição de apoios e benefícios, disponibilizados pelo município."*

## **21 - APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA XIII SEMANA DA EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – AGRUPAMENTO MARINHA GRANDE NASCENTE**

265 - O Município da Marinha Grande pretende realizar a 13.<sup>a</sup> edição da Semana da Educação e Juventude de 05 a 10 de maio de 2015 em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho, com o objetivo de: divulgar os projetos e atividades desenvolvidas nas escolas; contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade; estimular o gosto dos jovens pelas áreas da leitura, expressões artísticas e cultura científica; desenvolver atitudes que possam contribuir para a efetiva cidadania e consciência ecológica; fomentar a comunicação e as boas práticas entre as escolas dos diversos graus de ensino do concelho da Marinha Grande; valorizar a capacidade empreendedora e concretizadora dos diversos elementos da comunidade educativa; propor respostas educativas e formativas de acordo com as necessidades dos alunos e Assinalar o Ano Internacional da Luz;

Ao contrário das iniciativas anteriores, pretende-se que a Semana da Educação e Juventude seja desenvolvida diretamente nas escolas assim como em espaços e equipamentos municipais no centro tradicional, para que as crianças e jovens e as suas famílias possam usufruir das atividades em espaço escolar bem como nos equipamentos municipais existentes, alguns recentemente renovados.

Pretende-se ainda que as crianças, jovens e suas famílias possam, direta ou indiretamente, participar na realização de algumas indicativas no espaço escolar bem como nos espaços municipais;

A programação de atividades contempla assim várias iniciativas que terão de ser forçosamente realizadas pelos agrupamentos de escolas, conjuntamente com as crianças, jovens e família, não só nos equipamentos escolares, como nos equipamentos municipais adequados.

A realização destas atividades pressupõe o envolvimento de professores e alunos na sua concretização em contexto letivo bem como a assunção de custos por parte dos agrupamentos de escolas;

Deste modo, tratando-se de uma indicativa organizada pelo Município da Marinha Grande para a qual este pretende o envolvimento dos agrupamentos em regime de parceria e sem o qual o evento não pode realizar-se;

Considerando que algumas das iniciativas que o Município da Marinha Grande pretende que sejam realizadas pelos agrupamentos de escolas no âmbito da Semana de Educação e Juventude implicam a assunção de custos por parte dos agrupamentos, nomeadamente:

**Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida, Boavista, 2430-053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761.**

Mostra de atividades artísticas desenvolvidas pelos alunos do agrupamento (teatro, música e dança), palestras e workshops para pais, professores e educadores dedicados à temática da hiperatividade, autismo, sono, bem como à divulgação da ciência em geral, exposições, competições, disponibilização de espaços lúdicos e pedagógicos para experimentação.

A dinamização destas atividades implica a assunção de custos por parte do agrupamento, estimados em 900€ (novecentos euros), destinados a custear vários tipos de despesas, entre elas: a contratação de serviços, pagamento de despesas de deslocação e alimentação de palestrantes/formadores, honorários, transportes, prémios, aquisição de vários tipos de bens, materiais orgânicos e inorgânicos, consumíveis, equipamento e material de desgaste com vista à realização das atividades previstas.

Considerando que, sem o devido suporte orçamental não é possível concretizar o plano/programa de atividades previsto para a 13.ª edição Semana da Educação e Juventude;

Considerando que todas as atividades programadas estão devidamente orçamentadas em Plano de Atividades Municipal na ação 2015/A/84;

Considerando que se encontra em vigor um Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no qual se estabelece, no artigo 9.º, que o programa de apoio a atividades com caráter pontual tem como finalidade o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades esporádicas constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária;

Considerando que estas atividades não estão programadas no âmbito do plano de atividades dos agrupamentos de escolas mas no Programa de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande, sendo o município a entidade que pretende que os agrupamentos desenvolvam, em regime de parceria, uma componente do programa da Semana da Educação e Juventude da organização do município;

Considerando que o Regulamento Municipal apenas é aplicável, no que diz respeito a ações pontuais, às constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária e que, portanto, não é aplicável às situações em que se pretende que as entidades sejam desenvolvidas em regime de parceria, nomeadamente iniciativas que constam do programa de atividades do município;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Que deste modo se considera que não faz sentido serem os agrupamentos de escolas a apresentarem candidaturas para a realização de atividades constantes do plano de atividades municipal.

Considerando que podem ser atribuídos apoios para o desenvolvimento de atividades, contanto que o apoio realize um interesse municipal a cargo da autarquia.

Que pelos motivos acima exposto as atividades a desenvolver pelos agrupamentos constam do plano de atividades da Semana da Educação e da Juventude do Município da Marinha Grande e revestem de interesse municipal;

Que a norma legal, nomeadamente a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, é mais abrangente do que o objeto do Regulamento Municipal, pelo que aquela prevalece sobre este.

Propõe-se a parceria com os agrupamentos de escolas e, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro nos seguintes termos:

900€ (novecentos euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida, Boavista, 2430-053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 900€ (novecentos euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida, Boavista, 2430-053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.**

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 2), a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.**

**Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2015/A/84 do Plano de Atividades Municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA XIII SEMANA DA EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – AGRUPAMENTO VIEIRA DE LEIRIA**



266 - O Município da Marinha Grande pretende realizar a 13.<sup>a</sup> edição da Semana da Educação e Juventude de 05 a 10 de maio de 2015 em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho, com o objetivo de: divulgar os projetos e atividades desenvolvidas nas escolas; contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade; estimular o gosto dos jovens pelas áreas da leitura, expressões artísticas e cultura científica; desenvolver atitudes que possam contribuir para a efetiva cidadania e consciência ecológica; fomentar a comunicação e as boas práticas entre as escolas dos diversos graus de ensino do concelho da Marinha Grande; valorizar a capacidade empreendedora e concretizadora dos diversos elementos da comunidade educativa; propor respostas educativas e formativas de acordo com as necessidades dos alunos e Assinalar o Ano Internacional da Luz;

Ao contrário das iniciativas anteriores, pretende-se que a Semana da Educação e Juventude seja desenvolvida diretamente nas escolas assim como em espaços e equipamentos municipais no centro tradicional, para que as crianças e jovens e as suas famílias possam usufruir das atividades em espaço escolar bem como nos equipamentos municipais existentes, alguns recentemente renovados.

Pretende-se ainda que as crianças, jovens e suas famílias possam, direta ou indiretamente, participar na realização de algumas indicativas no espaço escolar bem como nos espaços municipais;

A programação de atividades contempla assim várias iniciativas que terão de ser forçosamente realizadas pelos agrupamentos de escolas, conjuntamente com as crianças, jovens e família, não só nos equipamentos escolares, como nos equipamentos municipais adequados.

A realização destas atividades pressupõe o envolvimento de professores e alunos na sua concretização em contexto letivo bem como a assunção de custos por parte dos agrupamentos de escolas;

Deste modo, tratando-se de uma indicativa organizada pelo Município da Marinha Grande para a qual este pretende o envolvimento dos agrupamentos em regime de parceria e sem o qual o evento não pode realizar-se;

Considerando que algumas das iniciativas que o Município da Marinha Grande pretende que sejam realizadas pelos agrupamentos de escolas no âmbito da Semana de Educação e Juventude implicam a assunção de custos por parte dos agrupamentos, nomeadamente:

**Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270.**

Mostra de atividades artísticas desenvolvidas pelos alunos do agrupamento (música, poesia, dança, dramatizações da comunidade escolar e envolvente), espetáculos de teatro a apresentar por companhias externas, ateliers e workshops, exposições de trabalhos de

alunos e outras dedicadas a várias temáticas, torneios, atividades desportivas, disponibilização de espaços lúdicos e pedagógicos para experimentação.

A dinamização destas atividades implica a assunção de custos por parte do agrupamento, estimados em 2250€ (dois mil duzentos e cinquenta euros) destinados a custear vários tipos de despesas, entre elas: a contratação de serviços e de espetáculos, pagamento de despesas de deslocação e alimentação de palestrantes/formadores, aquisição de fatos, aquisição de vários tipos de bens, materiais orgânicos e inorgânicos, consumíveis, equipamento e material de desgaste, com vista à realização das atividades previstas.

Considerando que, sem o devido suporte orçamental não é possível concretizar o plano/programa de atividades previsto para a 13.<sup>a</sup> edição Semana da Educação e Juventude;

Considerando que todas as atividades programadas estão devidamente orçamentadas em Plano de Atividades Municipal na ação 2015/A/84;

Considerando que se encontra em vigor um Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no qual se estabelece, no artigo 9.º, que o programa de apoio a atividades com caráter pontual tem como finalidade o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades esporádicas constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária;

Considerando que estas atividades não estão programadas no âmbito do plano de atividades dos agrupamentos de escolas mas no Programa de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande, sendo o município a entidade que pretende que os agrupamentos desenvolvam, em regime de parceria, uma componente do programa da Semana da Educação e Juventude da organização do município;

Considerando que o Regulamento Municipal apenas é aplicável, no que diz respeito a ações pontuais, às constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária e que, portanto, não é aplicável às situações em que se pretende que as entidades sejam desenvolvidas em regime de parceria, nomeadamente iniciativas que constam do programa de atividades do município;

Que deste modo se considera que não faz sentido serem os agrupamentos de escolas a apresentarem candidaturas para a realização de atividades constantes do plano de atividades municipal.

Considerando que podem ser atribuídos apoios para o desenvolvimento de atividades, contanto que o apoio realize um interesse municipal a cargo da autarquia.

Que pelos motivos acima exposto as atividades a desenvolver pelos agrupamentos constam do plano de atividades da Semana da Educação e da Juventude do Município da Marinha Grande e revestem de interesse municipal;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Que a norma legal, nomeadamente a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, é mais abrangente do que o objeto do Regulamento Municipal, pelo que aquela prevalece sobre este.

Propõe-se a parceria com os agrupamentos de escolas e, ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro nos seguintes termos:

2250€ (dois mil duzentos e cinquenta euros) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 2250€ (dois mil duzentos e cinquenta euros) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.**

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 3), a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.**

**Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2015/A/84 do Plano de Atividades Municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **23 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE MAIO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

267 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas, pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarque um vasto leque de opções artísticas. Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

A Inf. 20/2015 de 23 de fevereiro que apresenta proposta de programação para maio de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 24 de fevereiro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: *“...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”*;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de maio na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

MAIO	EVENTO/ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA/COMPANHIA	CUSTOS	PREÇO DO BILHETE PROPOSTO C/ IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR
2	Música	ARY O POETA DAS CANÇÕES	2000€	8€
9	Música	KEEP RAZORS SHARP	1500€ +IVA	8€
13	Música	NOITE DE FADOS c/ Silvina Pereira e Patrick Mendes	750€ + IVA	5€
23	Música	SALTO	2000€ +IVA	8€
29	Stand Up Comedy	STAND UP COMEDY com Aldo Lima, Jorge Mourato e Serafim	1904€	10€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de maio que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/04/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

#### **24 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quinze de abril de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 5.558.635,96 €** (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco euros e noventa e seis cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

268 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**